



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ELÍSIA GOMES DA SILVA

***EM NOME DA MORAL E DOS BONS COSTUMES: REPRESSÃO ÀS
EXPERIÊNCIAS LÉSBICAS DURANTE A “ABERTURA POLÍTICA” (1978-
1985)***

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

ELÍSIA GOMES DA SILVA

**EM NOME DA MORAL E DOS BONS COSTUMES: REPRESSÃO ÀS
EXPERIÊNCIAS LÉSBICAS DURANTE A “ABERTURA POLÍTICA” (1978-
1985)**

**Trabalho de Conclusão Curso (Monografia)
apresentado ao Curso de Licenciatura em
História do Centro de Humanidades da
Universidade Federal de Campina Grande,
como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciada em História.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Michelly Pereira de Sousa Cordão

**CAMPINA GRANDE – PB
2022**

ELISIA GOMES DA SILVA

**EM NOME DA MORAL E DOS BONS COSTUMES: REPRESSÃO ÀS
EXPERIÊNCIAS LÉSBICAS DURANTE A “ABERTURA POLÍTICA” (1978-
1985)**

BANCA EXAMINADORA

Michelly Pereira de Sousa Cordão (UAHIS/UFCG)

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Silêde Leila Oliveira Cavalcanti (UAHIS/UFCG)

Examinadora interna

Ma. Jaíne Chianca da Silva (PPGH-UFSC)

Examinadora externa

Mestranda Karolliny Joally das Neves Miranda (PPGH/UFCG)

Suplente

LISTA DE ABREVIACOES

LF – Lésbico-Feminista

GALF – Grupo Ação Lésbica Feminista

CNV – Comissão Nacional da Verdade

GLH – Grupo Libertário Homossexual

AI-5 – Ato Institucional n 5

ESG – Escola Superior de Guerra

SNI – Serviço Nacional de Informações

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a cada pessoa que foi responsável pela minha trajetória no curso de história na UFCG e que contribuiu de alguma forma para que eu me tornasse uma historiadora. Dedico esse trabalho a todas as mulheres que fazem parte da minha vida, em especial, a minha namorada Lívia. Obrigada por sempre me apoiar, estar do meu lado nos melhores e piores dias e por ter acreditado em mim quando nem eu mesma acreditava. Sempre que eu imaginava os agradecimentos, pensava naquela música do Emicida que você gosta, “nem que seja pra enfrentar o planeta inteiro, correr a maratona, chegar primeiro e gritar: é por você, amor!” É por você, amor.

Agradeço imensamente aos meus avós Gilvani e Lourival, o casal mais apaixonado de Irecê, por todo o apoio e esforço para que eu continuasse a estudar em uma cidade tão longe do meu lugar de origem. Eu nunca vou saber como agradecer a vocês dois, que me criaram desde pequena, duas pessoas que não puderam estudar e que já passaram por tanta dificuldade nessa vida, são as pessoas mais generosas que conheço e nunca deixaram de me influenciar a estudar. Amo vocês, vovô e vovó.

A minha mãe Ana Paula, por todos os sacrifícios que fez e ainda faz por mim. A minha vó paterna Maria da Conceição por acreditar em mim e sempre reforçar que eu iria conseguir. As minhas tias, Tamires e Taís, que me ensinaram a ler e escrever quando eu tinha cinco anos; obrigada por estarem comigo desde sempre, vocês são como irmãs que eu nunca tive.

A minha orientadora, Michelly Cordão. Obrigada por me acompanhar na construção desse trabalho e ser tão compreensiva. Obrigada pelas referências, por fazer com que eu me enxergue em espaços que eu nem imaginava em chegar. Aos professores e professoras da Unidade Acadêmica de História, Silêde Cavalcanti, Regina Nascimento, Luciano Mendonça, Luciano Queiroz e Manuela Aguiar.

Aos meus amigos da Bahia, Ítalo, Lorena e Matheus e Carlos, obrigada pelos momentos de descontração tomando várias cervejas; obrigada por me ouvirem falar sobre a pesquisa toda vez que saímos. Aos meus amigos da Paraíba, Gabriel, Natacha, Bárbara, Emerson e Pam. Obrigada por me apresentar o melhor São João do mundo, obrigada por todos os momentos,

obrigada por me fazer amar Campina Grande mesmo quando eu estava morrendo de saudade de Irecê, obrigada pelas cervejas na arca, na CEUNI e em todas as casas que já morei. Obrigada pelos cafés de Seu Olavo. Amo vocês.

Gratidão imensa as minhas companheiras de turma, Ângela e Shirley, obrigada pelas conversas, em especial à Ângela, obrigada por compartilhar os anseios, as dores, as alegrias, os sentimentos mais contraditórios que esse fim de curso nos trouxe e (claro) os dramas de sapatonas. Eu me vejo em você.

Obrigada à Bruno, colega de curso que sempre me motivou a participar de atividades acadêmicas, obrigada pelas xerox dos livros que contribuíram para que essa pesquisa fosse realizada.

Por fim, obrigada a todas as mulheres, em especial a todas as lésbicas que lutaram e lutam por mais visibilidade, esse trabalho é dedicado a todas.

RESUMO

O presente trabalho analisa as repressões cometidas pelos agentes da ditadura contra mulheres lésbicas no período de “abertura política” durante a Ditadura Militar brasileira, sob o argumento da defesa da *moral e dos bons costumes*. Para tanto, foi analisado, de um lado, a experiência coletiva de articulação de movimentos políticos organizados por lésbicas e, de outro, o caso individual da escritora Cassandra Rios que foi censurada por ser lésbica e por escrever narrativas lésbicas. Buscamos compreender como a repressão por parte do estado ditatorial agiu para associar as homossexualidades à subversão e como os preconceitos estruturais da sociedade brasileira legitimaram os discursos dos militares, além de abordar de que modo a temática da lesbiandade foi marginalizada e invisibilizada na história e na historiografia. Para isto, dialogamos com Green e Quinalha (2021) que realizam um panorama historiográfico sobre a relação entre o período ditatorial e as homossexualidades, trabalhando com o conceito de *homossexualidades e repressão* elaborado pelos autores, assim como Fernandes (2018) que se refere especificamente às organizações e resistência de mulheres lésbicas durante a ditadura militar. Utilizamos como fontes materiais jornalísticos dos periódicos *Em tempo* (1981) e *Lampião da Esquina* (1979) e documentos do Sistema Nacional de Informações (SNI) encontrados no acervo digital do Arquivo Nacional.

Palavras-chave: Repressão; Lesbiandade; Cassandra Rios; Abertura Política; Ditadura Militar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – INVISIBILIDADE E MARGINALIZAÇÃO: OS ESPAÇOS DESTINADOS ÀS LÉSBICAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR	
1.1 Crítica historiográfica: algumas interpretações sobre a Ditadura Militar e o período de “abertura política”	15
1.2 “A lesbiandade é subversiva”	19
CAPÍTULO II – AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS FORMADAS POR LÉSBICAS: RESISTÊNCIAS DO GALF/LF E GLH	30
CAPÍTULO III – CASSANDRA RIOS: “A ESCRITORA MALDITA”	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

*A placa de censura no meu rosto diz
Não recomendado a sociedade
A tarja de conforto no meu corpo diz
Não recomendado a sociedade.
(Elza Soares)*

INTRODUÇÃO

“Sinto o bicho que sou se contorcendo em minha veia.”¹

A música *A Carne dos deuses*, da banda baiana *Scambo*, sempre esteve presente em muitas das minhas reflexões durante todo o meu percurso no curso de História. Esta frase acima frequentemente representava a sensação que eu tinha sempre que questionamentos, revoltas, dúvidas e incertezas rondavam minha mente. Foi, e ainda é bastante difícil, escrever sobre um tema que me é bastante íntimo. Escolhi o tema do meu trabalho de conclusão de curso no mesmo período em que me reconhecia e me aceitava enquanto uma mulher lésbica². O medo sempre me foi recorrente e me reconhecer na luta das mulheres que lia me dava muito esperança, mas também me dava muito medo.

A temática chegou a mim quando me deparei com o nome de Cassandra Rios, escritora que tinha como temática principal a lesbiandade e, por conta disso, se tornou a artista mais censurada pela Ditadura Militar. Apesar disso, eu, enquanto estudante de história, nunca tinha ouvido falar sobre ela. Porém, na realidade eu nunca tinha estudado nenhuma lésbica durante o curso todo. Será que não existem historiadoras lésbicas? Pensei. Depois de ler o livro *O que é lesbianismo* da historiadora Tania Navarro-Swain em que ela apresenta a falta de memória na produção historiográfica que não recorda as lésbicas e a

¹ Frase da música *A carne dos Deuses*, da Banda *Scambo*. Disponível em: <https://youtu.be/TDKOVwA7S3I>

² Nessa pesquisa, utilizaremos as palavras: *lésbica e lesbiandade*. Ao decorrer do trabalho, conhecemos os conceitos de ressignificação da autora Patricia Lessa, que no lugar do termo lésbica, utiliza a expressão *lesbiana*. Ver: LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividade (Brasil, 1979 – 2006)**. Tese (doutorado) Universidade de Brasília. Programa de pós-graduação em história, Brasília, 2007. Reconhecemos como é importante a utilização da palavra lesbiana pelo fato de trazer um novo significado, já que a expressão “lésbica”, muitas vezes se refere aos discursos médicos que transformaram a lesbiandade em patologia no século XIX. Contudo, ainda percebo que ao me referir enquanto lésbica e ao retratar outras mulheres enquanto lésbicas, não estamos mais contribuindo com a ligação entre a nossa sexualidade a um distúrbio ou a uma doença. Ser lésbica é mais que um orgulho, é política. O termo Sapatão, também entra em discussão na temática, pois muitas vezes é usado como pejorativo para nos retratar. A palavra lésbica também vem de espaços mais intelectualizados, enquanto a sapatão destinava-se principalmente às mulheres de periferia. É mais que importante que busquemos ressignificar esses termos, não há nada de errado em ser chamada de sapatão por outra sapatão.

lesbiandade. A autora aponta que “não se falou, portanto, não existe”, manifestando que a história *esqueceu-se* de guardar as memórias de mulheres que rejeitaram a “normalidade” de estabelecer suas relações com homens e, portanto, as histórias de mulheres lésbicas se tornam cada vez mais perto da invisibilidade.

Com base nessas reflexões, fui analisando e percebendo que em minha volta parecia que a lesbiandade também estava escondida. Eu tinha que esconder meu relacionamento com outra mulher da minha família; minha namorada, da mesma forma, escondia nosso relacionamento da família dela. Eu não via muitas mulheres lésbicas falando sobre ser lésbica em livros, televisão ou filmes, e quando havia era de uma maneira muito *feitichizada*. Até mesmo no curso de História, no qual entrei com um pensamento de ser muito amplo, se voltava para os mesmos autores “de sempre” e quando não só eu, mas outras estudantes feministas questionavam o porquê de não haver tantas pesquisas de mulheres, lésbicas, negras; éramos tachadas de “identitárias”.

No momento em que verifiquei que as primeiras atuações políticas de mulheres lésbicas no Brasil correspondiam ao período da ditadura militar no país, o interesse pelo tema tornou-se ainda maior, pois queria muito entender como naquela época, em que direitos e liberdades políticas e sociais foram suprimidos, grupos como o LF/GALF (Lésbico-Feminista), com propostas progressistas e democráticas, puderam se organizar politicamente.

O que conhecemos atualmente como comunidade LGBTTTQIA+ era chamado de movimento homossexual ou movimento gay, como mostram os autores e organizadores do livro *Ditadura e Homossexualidades – repressão, resistência e a busca da verdade*. Eles se referem ao conceito de *homossexualidades*, que trabalharemos de forma mais abrangente no decorrer dos capítulos, porém, não utilizaremos a sigla como conhecemos atualmente para não cometer anacronismo histórico. Os autores da obra também explicitam alguns conceitos que consideramos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, além de serem problematizadas algumas questões, como a preponderância de publicações sobre a homossexualidade masculina e a escassa evidenciação da atuação do movimento de mulheres lésbicas.

Enquanto estudante do curso de História, é quase impossível não estudarmos o período ditatorial no Brasil, desde o ensino médio o tema já é bastante abordado em sala de aula. Contudo, essa realidade não demonstra que a memória do país busca lembrar e, mais importante, não se esquecer das vidas que foram perdidas e de direitos que foram destruídos durante esse período. O Brasil vem sofrendo um estado de negacionismo histórico em que milhares de pessoas, influenciadas por figuras, como o presidente Jair Bolsonaro, chegam a afirmar que o que ocorreu no país no ano de 1964 não foi um golpe, e sim uma revolução. Pessoas como essas tentam *a torto e a direito* minimizar a repressão sofrida por aqueles que foram contra o regime ditatorial. Sequer chegam a citar que outros grupos, como os formados por gays e lésbicas, também estavam aliados à luta pela redemocratização brasileira.

Os movimentos sociais, compostos por homossexuais, operários, negros e mulheres foram se fortalecendo durante a *abertura política*, entre o começo da década de 1970 e começo da década de 1980. Trabalharemos nesta pesquisa com o termo abertura política, mas com algumas ressalvas, visto que a abertura foi/é associada por alguns historiadores ao fim do regime, afinal fora “lenta, gradual e (muito) segura”³, indicando que esse período nem chegava a ser exatamente uma ditadura militar.

Quando falamos sobre esse período de ruptura democrática, é essencial que a repressão contra as minorias sociais seja evidenciada. Além das motivações políticas e econômicas, o golpe militar foi estruturado em bases moralistas. Com a censura política e moral promovida principalmente pelos órgãos do governo federal, tudo o que fugia à norma no regime ditatorial era inspecionado e conseqüentemente censurado do convívio em sociedade. Mas o que era fugir da norma em uma ditadura militar? Aqui podemos listar duas formas principais: primeiramente, a questão político-ideológica, no caso, pessoas alinhadas às correntes políticas progressistas de esquerda, que divergiam politicamente e lutavam contra o regime. Muitos foram perseguidos, desaparecidos e/ou mortos; partidos de esquerda foram extintos.

³ Título de um dos capítulos do livro de Marco Antônio Villa, dedicado ao governo Geisel. Ver: VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira – 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita**/ Marco Antonio Villa. – São Paulo: LeYa, 2014.

Em segundo lugar, a questão moral, isto é, pessoas que subvertiam a conduta que buscava preservar a *moral e os “bons costumes.”* É necessário apontar que esta questão da moralidade não deve ser desassociada da questão política, pois também foi com a ideologia de defender a moral e os bons costumes que os funcionários e apoiadores da ditadura promoveram repressão contra diversos grupos, especificamente a população homossexual e negra. Para os agentes do Estado ditatorial, a homossexualidade estava associada à subversão que era presente nos grupos políticos que combatiam a ditadura.

É neste ponto em que a homossexualidade e os movimentos homossexuais se cruzavam com os movimentos de combate mais direto à ditadura, por exemplo, aqueles que resistiram por meio da luta armada. A subversão destes era a justificava dos militares para a repressão e censura promovida, porém, vale apontar que as questões dos homossexuais, principalmente das mulheres lésbicas foram diversas vezes silenciadas por grupos que se diziam progressistas, isto é, comprometidos com a igualdade e mudança daquela sociedade. A figura de Cassandra Rios é o nosso eixo principal para que se compreenda a ligação entre aspectos político-ideológicos e morais.

Materiais jornalísticos da imprensa alternativa e dossiês investigativos obtidos a partir do *Arquivo Nacional*, em seu formato digital, serão nossas fontes principais para demonstrar como a repressão contra mulheres lésbicas e às organizações políticas que algumas se vincularam, formalizada inicialmente na justificativa de defesa da moralidade e dos “bons costumes”, ultrapassou as esferas ideológicas do período ditatorial, lidando com acusações, investigações e restrições de suas manifestações pelos agentes do Estado. A repressão, também, espelhou as contradições de movimentos que eram alinhados politicamente com o movimento lésbico, como o feminista e o homossexual masculino. Estas organizações, por mais que tivessem pautas semelhantes com as do movimento lésbico, também foram causadoras de certas coibições das organizações lésbicas.

Os capítulos deste trabalho estão divididos da seguinte maneira: o primeiro, inicialmente apresenta uma crítica historiográfica com interpretações sobre o golpe de 1964 e o período de *abertura política*; além disso, se dedica a

apresentar a lesbiandade nos mais diversos períodos da história com a intenção de entender as razões para ter sido apagada e marginalizada pela historiografia; preconceitos que serviram para estruturar as bases moralistas do governo ditatorial. Buscaremos apresentar algumas produções também destinadas a pesquisa sobre a homossexualidade feminina no Brasil e sua organização política que, apesar de ainda ser mínima, precisa ser evidenciada.

O segundo capítulo se destina a analisar a organização política das mulheres lésbicas, cujo movimento organizado surgiu na abertura política, sendo as principais representantes o grupo Lésbico-Feminista (LF) na cidade de São Paulo que, posteriormente, em 1980, se desdobrou no Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF). Tal grupo se formou ainda no contexto de distensão da ditadura militar em que, assim como muitos dos movimentos sociais, também se constituiu com muitas dificuldades. Apesar de um relativo “afrouxamento” decorrido da revogação do Ato Institucional – nº5 (AI-5), a repressão permaneceu em várias esferas da sociedade. Quando mencionamos a homossexualidade feminina, o controle era duplamente mais acentuado. Além de ser mulher, ser lésbica e, portanto, subversiva. Condição inaceitável naquela sociedade, primeiramente por estarem ferindo a regra de como uma mulher deveria se portar, e, além disso, pela associação direta que se fazia entre homossexualidade e subversão política.

No terceiro capítulo, apontaremos a imagem da escritora Cassandra Rios, pseudônimo de Odette Pérez Rios (1932-2002) que, mesmo não fazendo parte do movimento lésbico organizado, é um o ponto de partida para tentarmos compreender o porquê da temática sobre a lesbiandade ter sido uma das mais censuradas no período ditatorial. Cassandra, que foi uma das escritoras mais lidas da época e vendeu mais de um milhão de livros, foi silenciada até mesmo pelos enfrentadores da censura ditatorial, quando teve seu nome proibido de compor o documento de manifesto contra a censura.

Além de apresentar a repressão dos agentes ditatoriais contra a lesbiandade por meio do discurso da moral e dos bons costumes, como também a intensidade do silenciamento e da marginalização das pesquisas voltadas a lesbiandade, esse trabalho também é uma busca pela valorização da memória de mulheres lésbicas e da expressão de amor de umas pelas outras.

CAPÍTULO I

INVISIBILIDADE E MARGINALIZAÇÃO: OS ESPAÇOS DESTINADOS ÀS LÉSBICAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR

1.1 Análise historiográfica: algumas interpretações sobre a ditadura civil- militar e o período de “abertura política”

Não se sabia ainda se os novos ventos realmente sopravam para uma abertura definitiva ou para outro vendaval. (GREEN, 2021, p. 178).

A historiografia sobre o período ditatorial no Brasil é bastante ampla e carrega interpretações diversas; muitos autores se dedicaram a escrever sobre o assunto enquanto o regime ainda ocorria e, desde então, as pesquisas acrescentaram interpretações e novos olhares sobre o assunto. Carlos Fico (2017) aponta como a historiografia se debruçou sobre a temporalidade da ditadura brasileira e, inicialmente, destaca que as discussões sobre os regimes militares na América Latina eram tratadas de maneira generalizante e ficava a par da ciência política e não entre os historiadores. Já no final dos anos 1980, Fico apresenta a ocorrência de grande preservação de documentos sobre a temática, muitos acervos abertos à consulta pública, o que o autor aponta como uma “ditadura documentada”, porém, a abundância de documentações não expressa uma valorização da memória daqueles que lutaram contra o regime ditatorial. Segundo o autor, o aumento das descobertas empíricas mudou o perfil da produção de pesquisas sobre a experiência da ditadura militar brasileira.

Os trabalhos de Daniel Aarão Reis Filho (2000), Marco Antônio Villa (2014) e do uruguaio René A. Dreifuss (1981) lidam com as circunstâncias geracionais que culminaram no golpe de 1964 de maneiras diferentes e, além disso, ao se tratar da memória enquanto campo essencial do exercício do historiador, os textos apresentam visões totalmente divergentes. É necessário inicialmente apontar que os textos foram escritos em épocas distantes umas das outras. Dreifuss escreveu no momento em que a ditadura ainda vigorava

(1981), em contrapartida, Aarão Reis e Villa quando a ditadura já havia terminado.

A pesquisa de Marcelo Badaró Mattos é um apoio essencial para seguirmos uma ordem cronológica dos trabalhos sobre a ditadura militar. Badaró aponta o trabalho *1964: a conquista do Estado* de Dreifuss como a mais importante obra daquele contexto, que confirma a ditadura como um conflito de classes. O papel desta obra é bastante importante, inicialmente para evidenciar o compromisso da sociedade civil no golpe de 1964, em particular a burguesia, ou seja, os empresários e banqueiros, articulados com os militares. Os ativistas do *complexo IPES/IBAD* (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática) foram os responsáveis pelo vínculo civil-militar que o autor aponta, formando a *elite orgânica*.

René Armand Dreifuss explica a articulação do golpe a partir de uma ligação entre as forças articuladas do empresariado e os militares da Escola Superior de Guerra (ESG); com isso o termo *ditadura civil-militar*. Contudo, esse termo atualmente é muito usado para relativizar a participação e a responsabilidade dos militares enquanto sujeitos determinantes no período ditatorial. A intenção do autor não foi de relativização desse processo, mas sim de expor um ângulo até então não alvejado na historiografia sobre o golpe, pois segundo Dreifuss:

Não se pretende negar a influência dos membros da ESG, mesmo porque muitos deles foram incorporados ao complexo IPES/IBAD. Além do mais, após 1964, a ESG conseguiu doutrinar um número cada vez maior de oficiais de alto e médio escalão do Exército, e a ideologia da Segurança Nacional permeou tanto as forças armadas quanto o governo, moldando as atitudes em relação a um modelo socioeconômico e político alternativo e as classes operárias. (DREIFUSS, 1981, p. 418).

A concepção do que foi a participação civil do autor é muito ampla para o que de fato ele aponta como civil que eram os denominados tecno-empresários, subestimando a participação das camadas populares diante do processo que culminou no golpe, na sua estruturação e desenvolvimento. Contudo, a memória brasileira ainda tende a interpretar o golpe como puramente militar, e a obra de Dreifuss é um importante exemplo de

desmistificação dessa concepção ao reconhecer a participação dessa camada “escondida” que também liderou as ações políticas e econômicas do golpe.

Daniel Aarão Reis Filho, ao abordar as relações entre *memória e história*, aponta em seu texto que seu objetivo não é “recuperar ou reestabelecer verdades”, mas justamente compreender como a memória opera e tem sido empreendida durante os anos de ditadura e as suas consequências. Essa afirmação do autor inicialmente pode parecer coerente e até poética, de certa forma. Contudo, Aarão Reis parece esquecer-se que sua interpretação pode gerar - e gerou - relativizações tremendas acerca do período ditatorial. Assim como Badaró afirma em seu texto, muitos estudos recentes sobre a ditadura são escritos voltados diretamente a interesses do presente, e atualmente é muito comum nos depararmos com opiniões acerca do período como estas: “não houve ditadura”, “a esquerda também matou”, “não foi golpe, foi revolução”.

Daniel Aarão Reis trata a esquerda política como um grupo com tendências autoritárias, comparando-a à elite de direita que articulou o golpe juntamente com os militares. Segundo o autor, as esquerdas se dividem em duas vertentes: a da luta armada e a mais moderada, as duas em posição defensiva e ambas saíram derrotadas. Tratando-se do campo da memória mais especificamente, a direita procurou garantir a imagem da ditadura enquanto “intervenção salvadora”, cujos agentes seriam defensores da democracia, do cristianismo, da moral e dos bons costumes, e claro, contra o comunismo. Porém, o autor enfatiza, quase como uma “culpa direcionada” que as esquerdas também produziram seu discurso desde a instauração do regime ditatorial, entretanto, na medida em que a própria ditadura foi se tornando impopular, a crise se instaurava após o “milagre econômico” e a sociedade “enxergava” que os valores democráticos eram mais válidos, as versões da esquerda apareceram com mais vigor.

Quase que concordando com Aarão Reis, Marco Antônio Villa vai além em suas críticas às esquerdas, apresentando um caráter negacionista em sua abordagem do período ditatorial. O autor iguala a direita e a esquerda no que se refere à responsabilidade pelo golpe, apontando que nenhum lado sabia conviver com a democracia e que a “esquerda comunista” esteve nas vizinhanças dos quartéis e, no final, sempre recorria às forças armadas.

Segundo Villa, as interpretações acerca do regime ditatorial foram construídas para uso político e a ditadura militar brasileira não durou 21 anos e, sim, onze. Para o autor, os quatro primeiros anos não contam como ditadura em virtude das intensas manifestações culturais e políticas contra o regime que, segundo ele, expressariam a existência de liberdade. O período entre os anos 1979 e 1985 também não poderiam ser considerados um regime de exceção, visto que houve o processo de abertura política, quando ocorreu, por exemplo, a aprovação da Lei da Anistia:

O regime militar brasileiro não foi uma ditadura de 21 anos. Não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país. Muito menos os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982. Que ditadura no mundo foi assim? (VILLA. 2014).⁴

Neste trabalho, buscaremos evidenciar que diferentemente do que aponta Villa, a *abertura política* não foi nem um pouco segura para as pessoas e organizações sociais que naquele período começaram a reivindicar direitos, liberdade e democracia. Villa e Aarão Reis são somente dois exemplos do relativismo histórico que ocorre sobre a temática da ditadura militar no Brasil.

É mais que necessário apresentarmos esse contexto geral de discussões acerca do período para que possamos reforçar a posição de que interpretações podem e devem ser feitas – esse trabalho inclusive é, mas em nenhum momento buscarei minimizar as forças das esquerdas (trabalhadores, estudantes, políticos, movimentos sociais) que lutaram contra esse regime autoritário militar, e de direita.

A ditadura civil-militar no Brasil apresentou seu caráter moralista em que sexualidades, identidades dissidentes e movimentos sociais eram reprimidos pelos agentes do Estado e por parcela da sociedade civil. A lesbiandade foi uma destas sexualidades. O movimento de mulheres lésbicas foi um destes movimentos. A vida e a obra da escritora Cassandra Rios indica como o Estado atuou no esforço de perseguir, censurar e, até mesmo, eliminar esses corpos. É fundamental para a história resgatar essas memórias e, especificamente, a memória lésbica que, historicamente, foi conduzida ao esquecimento ou à marginalização.

⁴ O livro referente só foi encontrado em PDF e suas páginas não estão numeradas.

1.2. “A lesbiandade é subversiva”

Sabemos e conhecemos a existência da repressão. E não falamos apenas daquela do camburão, do cassete, da bomba de gás. Falamos daquela que está presente nas nossas relações na família, no emprego, com os amigos, na escola. Falamos da repressão que, pelos mais variados mecanismos - meios de comunicação, educação, religião. etc. - nos diz o que somos ou devemos ser, querer, desejar, na tentativa de nos amoldar [sic]. (JORNAL *LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, p. 7).

A aversão à lesbiandade não começou durante o período ditatorial, mas foi especializada e legitimada através de artifícios elaborados pelos agentes do Estado. Com esta citação presente no Jornal da imprensa alternativa⁵ *Lampião da Esquina*⁶, as mulheres lésbicas que se organizavam no Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF)⁷ denunciaram que a repressão existia, de diversas formas e não somente as repressões produzidas pelo Estado ditatorial e nem somente eram destinadas às lésbicas organizadas politicamente. A ideologia dominante da ditadura se fundava em preconceitos que já existiam, e era nítido que a lesbiandade não iria experienciar liberdade política e individual naquele regime.

⁵ De acordo com Jorge Caê Rodrigues, a imprensa alternativa se definiu logo após o Ato Institucional nº5 (AI-5), com a censura imposta, o governo passou a ter controle sobre tudo. A imprensa alternativa se caracteriza pela oposição à ditadura e também é conhecida como “imprensa nanica” de “leitor” “independente”, “underground”, segundo Bernardo Kucinski “surge da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham, e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e a universidade.”. Ver: RODRIGUES, Jorge Caê. **Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura**. In: GREEN, James N; QUINHALHA, Renan (org.) Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2021. KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: no tempo da imprensa alternativa**. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

⁶ O Lampião da Esquina é consagrado o mais importante período voltado às questões homossexuais no Brasil da abertura política. De acordo com RODRIGUES (2021), o Lampião “surge da necessidade que uma parcela da sociedade teve em procurar seus semelhantes, buscar uma união com os iguais, construir um refúgio coletivo, lutar contra um sistema que os tornava invisíveis.” Ver: RODRIGUES, Jorge Caê. **Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura**. In: GREEN, James N; QUINHALHA, Renan (org.) Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

⁷ Destacaremos mais sobre a atuação do GALF no segundo capítulo, para saber mais sobre a atuação política do grupo, citamos a dissertação de mestrado: SILVA, Jaine Chianca da. **Vai ter ChanacomChana Sim!: Construção de um grupo lésbico feminista em São Paulo na década de 1980.** Jaíne Chianca da Silva. – Campina Grande, 2021. Orientação: Profa. Dra. Michelly Pereira de Souza Cordão. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.

A vasta historiografia sobre o período ditatorial no Brasil torna evidente a atuação da sociedade civil na iminência e no desenvolvimento do golpe de 1964 e o discurso de preservação da *moral e dos bons costumes* foi um dos alicerces que sustentou o regime por vinte e um anos. Apoiados por setores ligados a empresários, políticos e à Igreja católica, a direita liderada pelos militares transformou o discurso anticomunista numa base de controle social para reprimir todos aqueles que fugiam à norma do regime militar.

No prefácio do livro *Ditadura e homossexualidades - repressão, resistência e a busca da verdade*, o historiador Carlos Fico evidencia como o Brasil construiu um enorme aparato de repressão política, que se fundava em duas dimensões principais: a *saneadora* e a *pedagógica*. Essas duas formavam o que o autor aponta como o “cimento ideológico” que sustentou a ditadura militar. Desta forma, a repressão saneadora era encarregada de prender, interrogar, torturar pessoas e/ou grupos considerados “subversivos”, a repressão *tout court*. A espionagem e a censura política da imprensa também constituía a dimensão saneadora.

A escritora Cassandra Rios, mulher lésbica e que tinha a lesbiandade como temática principal dos seus escritos, foi um alvo permanente das agências de repressão durante o regime ditatorial. As medidas de repressão utilizadas contra a autora funcionavam mutuamente entre a saneadora e a pedagógica. Os agentes buscavam “educar” a sociedade brasileira, proibindo e censurando seus escritos e, quando a censura não era o suficiente, apreendiam a própria Cassandra. As atitudes repressivas contra a escritora tomaram proporções imensas, de maneira que Cassandra Rios foi considerada pela *Comissão Nacional da Verdade* a artista mais censurada da ditadura militar.

Apesar disso, a vida e obra da escritora não parecem atrair o interesse da historiografia do regime civil-militar. A escrita de uma lésbica sobre lesbiandade que teve mais de 35 livros censurados. O que demonstra a face de um Estado que, além de repressivo político, também era repressivo moral, não parece interessar. Assim como afirma Navarro-Swain, o descuido da importância dada à temática da lesbiandade na maioria das vezes foi devido ao fato de que a relação lésbica não envolve um homem e “no universo da

hegemonia heterossexual, a desordem maior é o desinteresse das mulheres pelos homens” (NAVARRO-SWAIN, 2000, p. 24).

Cassandra Rios foi reprimida e censurada pelo regime militar independentemente de nunca ter vinculado a nenhuma organização lésbica; a escritora foi considerada subversiva, por atentar à moral e os bons costumes, unicamente por ser lésbica e escrever sobre mulheres que se relacionavam com outras mulheres. Os organizadores da obra *Ditadura e Homossexualidades*, Renan Quinalha e James N. Green, afirmam que a associação entre *subversão e homossexualidades*⁸ foi um conceito que sustentava a ideologia do regime militar que relacionava as homossexualidades a perfis de “marginais”, “delinquentes” e principalmente “comunistas” e, assim, autorizava a perseguição de esferas do Estado, como a Escola Superior de Guerra e as agências de repressão (SNI, DOPS, DOI-CODI), assim como, as divisões de censura de televisão, teatros, músicas e imprensa.

Vale ressaltar que de acordo com a *Comissão Nacional da Verdade* (2014) não houve a criação de um aparato do Estado voltado exclusivamente para a repressão aos homossexuais. Os discursos dos militares produzidos contra as homossexualidades se diferenciavam dessas visões já pré-estabelecidas justamente pelo fato de relacionar as sexualidades dissidentes às vertentes políticas de esquerda e à subversão.

A partir disso, Paulo Sergio Pinheiro coordenador da CNV aponta que a homofobia sempre foi um traço permanente na história da ditadura, embutida nas atitudes da sociedade brasileira; segundo ele:

Havia detenção sistemática de homossexuais e repressão arbitrária por parte do aparelho repressivo. Militantes gays humilhados nos interrogatórios e tortura. Espetáculos de travestis e transformistas censurados e proibidos. Publicações eram censuradas. A sociabilidade LGBT obrigada a se esconder e se reprimir⁹.

⁸ Ao mencionar o termo *homossexualidades* no plural, estamos dialogando com o que atualmente chamamos de movimento LGBTQIA+ e assim como enfatizam os autores James N. Green e Renan Quinalha para não cair no anacronismo de usar expressões que não provieram desse período, o termo homossexualidades, no plural, abarca de maneira mais adequada as sexualidades e identidades de gênero marginalizadas no período ditatorial como as lésbicas, gays e travestis. Ver: GREEN, James N.; QUINHALHA, Renan (org.) **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

⁹ Fala presente no posfácio do livro *Ditadura e Homossexualidades*. Ver: **Falas de autoridades na audiência pública “Ditadura e homossexualidade” na Comissão Nacional da Verdade**.

Quinalha (2021) problematiza a maneira com que a CNV tratou a temática das homossexualidades durante a ditadura, apresentando como alguns fatores implicaram em minimizar a relevância proposta ao tema. O primeiro empecilho na reconstrução da memória é a falta de registros, ao passo que a maioria das temáticas contava com materiais de apoio, relatos de ex-perseguidos; o mesmo não acontecia com as homossexualidades e isso se relaciona diretamente com a separação entre política e moral, visto que a homossexualidade por bastante tempo não foi percebida como um tema sério para pesquisas acadêmicas, principalmente quando se fala de sua ligação com a ditadura.

Segundo Quinalha, o golpe de 1964 foi antes de tudo moral e com a “derrota” da luta armada, no período de abertura política as agências repressoras destinaram ainda mais o foco violento para os segmentos sociais considerados ameaça à moral e aos bons costumes, de acordo com o autor: “Compensou-se moralmente o que se perdia, politicamente, em repressão.” (QUINALHA, 2021. p.29-30).

Em um tempo em que direitos foram negados e a liberdade de grande parte da população civil foi negligenciada e em que o regime político tinha legitimidade para censurar, proibir, prender, torturar e até mesmo matar indivíduos que fossem contrários as suas normas, mulheres lésbicas não puderam exercer livremente sua sexualidade e o período de ditadura militar no Brasil tornou-se um dos momentos mais difíceis para a experiência da lesbiandade.

A marginalização e o apagamento histórico foram os espaços mais destinados à experiência lésbica. A lesbiandade de algumas mulheres foi suficiente para a repressão dos agentes do Estado, mesmo que elas não fossem vinculadas a nenhuma organização política. Assim como uma parcela da sociedade civil, grande parte das esquerdas, feministas e homossexuais masculinos também tiveram atitudes discriminatórias contra a lesbiandade.

A *política do esquecimento*¹⁰ aliada à *política do silêncio*, conceitos desenvolvidos por Tania Navarro-Swain (2000) em seu livro *O que é lesbianismo*, são fundamentais para que se compreenda a invisibilidade e o espaço de marginalização que as sociedades historicamente reservaram à lesbiandade. Reiteradamente questionando o que foi dito sobre as lésbicas e, principalmente, o que não foi dito, a autora aponta que ser lésbica sempre representou a desestabilização do mundo patriarcal e a quebra com a ordem “natural” e “divina” da heterossexualidade. A história não fala sobre as relações entre lésbicas, então essas relações não existiram? Segundo a autora, os historiadores definem o que é verdade e o que é mito e baseados em valores e preconceitos de acordo com os quais o modelo a ser seguido era baseado na civilização ocidental, com referência ao homem, branco e heterossexual.

Representações de caráter religioso e até científico moldam as relações humanas; a história bíblica de Adão e Eva é o exemplo que mais determina a função dos sexos, baseado na religião judaico-cristã. Segundo Navarro-Swain a heterossexualidade como norma são instituídas no imaginário ocidental a partir desses preceitos. Em sua obra *Prazeres e pecados do sexo na história do Brasil* (2019), o autor Paulo Sérgio do Carmo dedica um pequeno capítulo para a homossexualidade feminina, apontando inicialmente que pouco se sabe sobre o universo amoroso entre as mulheres homossexuais no Brasil colonial por conta de falta de registros. De acordo com o autor, há evidências de que desde a invasão dos portugueses, a homossexualidade feminina sempre esteve presente¹¹, contudo, o amor entre mulheres foi reduzido pela memória daqueles que buscaram evidenciar a história da homossexualidade brasileira.

As denúncias contra as relações homossexuais no Brasil colonial eram julgadas pela Inquisição, acusadas de pecadoras contra a fé cristã, a relação sexual entre mulheres nem chegava a ser considerada como sodomia. Segundo Carmo, a não utilização do pênis impedia que essas relações se

¹⁰ “Apaga-se ou destrói o que não interessa à moral, às convicções, aos costumes, à permanência de tradições e valores que são dominantes em determinada época.” Ver: NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo** / - São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos, 313). 1º reimpressão da 1º ed. 2000.

¹¹ O autor aponta que nas aldeias Tupinambá, algumas mulheres masculinizadas imitavam a maneira de ser dos homens e também havia indígenas mulheres que rejeitavam cônjuges masculinos, sendo assassinadas por sua comunidade.

configurasse como um ato nefando, mas sim como afagos amorosos, reduzindo a gravidade do pecado.

O inquisidor era quem orientava a confissão, arguindo conforme os seus critérios de julgamentos: posição das mulheres nos atos; números de parceiras e cópulas; ocorrência ou não do gozo; uso ou não de 'instrumentos'. O padrão do ato sexual parecia ser o do que se considerava 'coito natural', visto como relação hierárquica na qual o homem sempre deveria ficar sobre a mulher. (CARMO, 2019, p. 320).

Mesmo no Brasil Império e na República, as relações entre mulheres permaneceram no ostracismo, sendo associadas ao pecado ou doenças e à criminalidade. O discurso médico é marcado pela categorização do que é normal ou patológico e ser lésbica em qualquer que fosse o período era comumente associada a problemas psicológicos. Carmo aponta uma série de casos com laudos de psiquiatras que retratam mulheres que se envolveram com outras mulheres, apresentando que esses profissionais deixavam que os valores morais sobressaíssem sobre os científicos, diagnosticando essas mulheres como “degeneradas”, “incapaz de gerir seus bens”, “fraca de espírito”. Habitando a margem das discussões tanto sobre homossexualidade quanto sobre o feminismo, a lesbiandade ainda é pouco evidenciada, isso quando não é excluída das discussões sobre as temáticas em questão.

Algumas pesquisadoras sobre o feminismo se dedicaram a salientar suas críticas ao movimento hegemônico, que pouco incluía mulheres negras, lésbicas e pobres. A teórica do feminismo e ativista antirracista, bell hooks, aponta sua crítica ao movimento feminista que desde seu nascimento foi protagonizado por mulheres brancas, heterossexuais, de classe média alta, e que tornaram o movimento político homogeneizado por ideias liberais. Hooks também questiona o fato dessas mulheres, em diversos momentos da história, não terem se mostrado dispostas a (re)avaliarem suas ações contraditórias, nem a conceberem pensamentos de outros tipos sociais de mulheres. Apontando esses grupos os quais chama de *maioria silenciosa*, particularmente as mulheres negras, a autora apresenta que elas estão à margem e que, embora façam parte do todo, estão fora do corpo principal.

Para Lessa (2007), as tentativas de feministas em universalizar a experiência do ser mulher não é só um problema político, mas também teórico. As críticas vieram de feministas negras, lésbicas, pobres e latino-americanas e, segundo a autora, acontece uma reviravolta no campo da história justamente no desenvolvimento da história cultural, que deu ênfase a temática dos excluídos e contribuiu para o desenvolvimento da história das mulheres.

De acordo com Wittig (1992), a ideia do ser mulher como um *grupo natural*¹² é puramente ideológica e a própria existência lésbica já quebra com esse pensamento, pelo fato de que as lésbicas desfazem essa naturalização por rejeitarem homens em suas relações. Segundo Wittig, somente com uma análise materialista com enfoque feminista-lésbico sobre a opressão das mulheres, é que se pode apresentar que não só não existe um grupo natural que uniria as “mulheres”, mas também o próprio termo mulher deve ser questionado. O que é ser mulher? É nesse ponto que bebendo na mesma fonte teórica que Wittig, Tania Navarro-Swain apresenta que, historicamente, ser mulher na sociedade ocidental é naturalmente ligado a padrões acoplados à heterossexualidade compulsória¹³.

A *Operação Sapatão* foi um exemplo importante para que se compreenda como a repressão ditatorial também afetou a vida de mulheres lésbicas, mesmo que não estivessem vinculadas a uma organização política. As rondas organizadas pelo chefe da Seccional de Polícia da Zona Central da cidade de São Paulo, José Wilson Richetti, tinham como objetivo a higienização social, ou seja, “limpar” a cidade de prostitutas, homossexuais, travestis. A operação sapatão, em particular, foi destinada a apreender mulheres lésbicas. De acordo com Jaíne C. da Siva (2021), Richetti abusou de seu poder; enquanto delegado, recebeu apoio de seus supervisores e produzia um discurso segregacionista, muito parecido com os pensamentos do século

¹² Segundo Wittig, algumas feministas e feministas-lésbicas ainda se baseiam em que a base da opressão sobre a mulher é tanto biológica quanto histórica, utilizando o ato de parir como exemplo, a autora aponta que resumem esse fato como definidor do que é ser mulher e ao fazer isso, estão concordando com a “divisão natural” entre mulheres e homens.

¹³ Adrienne Rich desenvolve esse conceito em seu texto: Heterossexualidade compulsória e existência lésbica, no qual a autora compreende a heterossexualidade como uma instituição política em que a mulher é controlada pelos mais variados meios, como o Estado e a religião, tirando toda sua autonomia. Ver: RICH, Adrienne. **Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence**. In: GELP, Barbara C. & GELP, Albert (editores). *Adrienne Rich's Poetry and Prose*. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993.

XIX, em que ressaltava que a moral precisava ser preservada e esses grupos não podiam participar da sociabilidade no centro de São Paulo.

As rondas organizadas pelo delegado Richetti são alvos de algumas pesquisas sobre as homossexualidades, conhecidas comumente entre os historiadores como “Operação Limpeza”. Quase não é mencionada a Operação Sapatão, muitas vezes sendo citada apenas em pequenos parágrafos, como no artigo de James Green e Renan Quinalha, presente no livro *Ditadura e Homossexualidades – repressão, resistência e a busca da verdade*:

As lésbicas também foram alvo das ações repressivas do estado e de estabelecimentos comerciais, mas há ainda menos registros dessas histórias particulares. O jornal *Lampião da Esquina* chegou a publicar informações sobre as operações do delegado Richetti nos bares Ferro's, Bixiguiinha e Cachação. A chamada Operação Sapatão, realizada no feriado de 15 de novembro de 1980, deteve todas as frequentadoras destes estabelecimentos. Mesmo portando documentos regularmente, as mulheres foram detidas sob o argumento “você é sapatão”. As lésbicas detidas denunciaram ao jornal que foram extorquidas por agentes públicos para serem liberadas. (GREEN, QUINALHA, 2021, p. 318).

Assim como apontam os autores, há poucos registros relacionados às repressões cometidas especificamente às mulheres lésbicas. Esse fato não é particular somente na obra, porém é pertinente que deixemos perceptível que o apagamento histórico, a falta de registros sobre a temática lésbica deixa claro que a invisibilidade sobre a questão sempre foi presente. Ocorre, também, uma marginalização das mulheres lésbicas no âmbito dos estudos sobre as próprias homossexualidades do período. Vale ressaltar que não somente as lésbicas permaneceram – e ainda permanecem – em espaços de marginalização e ostracismo, como também pessoas transgêneros e travestis. Por bastante tempo, o movimento homossexual se dedicou a protagonizar os homossexuais masculinos, geralmente sem observar as particularidades dentro do próprio movimento, como questões de raça e classe.

A prevalência de estudos sobre a homossexualidade masculina em relação à feminina é o primeiro ponto a levarmos em consideração. Diante de todas as obras que buscam evidenciar a história das homossexualidades no

Brasil, os escritos dedicados às mulheres lésbicas e suas organizações são quase escassos. Isso se deve ao fato de que a lesbiandade foi invisibilizada e quando as mulheres conseguiram se organizar politicamente, a marginalização foi o primeiro espaço reservado a elas. Cowan (2014), quando retrata a associação entre homossexualidade e subversão, afirma que o sexo entre mulheres não chamava tanto a atenção dos agentes do Estado ditatorial, diferentemente do que aconteceu com a homossexualidade masculina.

São diversos os exemplos de casos em que homossexuais masculinos foram submetidos a exames médicos e psiquiátricos pelo simples fato de serem homossexuais e associados à subversão, porém, quando partimos para a temática lésbica, além de quase não haver pesquisas destinadas especialmente à lesbiandade e serem citadas apenas vez ou outra dentro do grupo homossexual, muitas vezes não ocorre reflexão sobre os motivos que levaram as organizações formadas por mulheres lésbicas a permanecerem na invisibilidade e na marginalização. Cabe aqui mencionar os trabalhos de Marisa Fernandes (2014; 2018) sobre a atuação do LF/GALF, contribuições que iremos destacar mais profundamente no capítulo dois desta pesquisa. Fernandes, enquanto uma ex-integrante e uma das fundadoras do grupo e historiadora, consegue realizar o “dever historiográfico” de apresentar o passado muito mais presente do que se possa pressupor.

O jornal *ChanacomChana*, destinado principalmente ao público lésbico também apresenta a Operação Sapatão, em formato de charge, as mulheres denunciam a repressão sofrida não somente pelo delegado Richetti, que representa o poder e a legitimidade do Estado naquele período, mas também a repressão que qualquer um pode cometer. Do mesmo modo, Silva (2021) aponta que mesmo a charge sendo do ano de 1983, a Operação Sapatão/Operação Limpeza começou no ano de 1980 e citando outra pesquisadora que se destinou a temática da repressão contra mulheres lésbicas, Larissa Pinto Martins assinala:

Segundo Larissa Pinto Martins, a HQ abordava a ‘Operação Sapatão’, iniciada em 15 de novembro de 1980 e que tinha por objetivo prender lesbianas que se encontrassem na cidade. A polícia invadiu espaços comerciais de sociabilidade homossexual como, por exemplo, Ferro’s Bar, Cachação, Bixiguinha e quem fosse, ou até mesmo aparentasse ser

'sapatão', ia para o camburão. A autora ainda afirma que a situação foi tão autoritária que até quem portava documentos ou estava com carteira profissional assinada, condições elencadas como pré-requisitos para o respeito e reconhecimento à cidadania, foram presas. Aproximadamente 200 mulheres foram detidas nessa operação, sendo liberadas após suborno aos agentes de segurança pública. (MARTINS apud SILVA, 2021. p.124).

Fernandes também aponta as lésbicas como alvo do delegado Richetti, que desde 1979 realizava as Operações “*Limpeza*” e “*Rondão*”. A autora assinala que o delegado sabia os locais que eram frequentados exclusivamente por lésbicas, mas seus procedimentos mudavam de acordo com o poder aquisitivo dos proprietários dos bares.

Um exemplo desses acontecimentos foi o bar *Moustache*, citado por Fernandes, em que Richetti se deparou com um lugar luxuoso, conversou com o proprietário e pediu desculpas por tantas viaturas, segundo a autora: “sabia o delegado que os lugares ‘nobres’ têm seus centros de poder, que mantinham laços estreitos com o poder instituído, laços que chegavam a se confundirem” (FERNANDES, 2021. p. 136). Essa passagem é uma amostra para que se compreenda a quem os aparelhos repressivos serviam, pois, mesmo que a ideologia dominante fosse a de combater a “anormalidade” e preservar a moral brasileira, ainda era maior a o controle de quem detinha mais poder aquisitivo.

Quinalha (2021) destaca a classe social da população homossexual que foi atacada pelas rondas de Richetti, referindo-se a eles, além de homossexuais e travestis, como pobres que ficaram de fora da “ilusão de crescimento econômico no período denominado “milagre”. De acordo com o autor, os policiais faziam um recorte de classe em suas batidas, atendendo aos reclames da classe média paulista que estava começando a ficar incomodada com os homossexuais que eram pobres e frequentavam alguns bares no centro da capital.

Segundo Quinalha, foram os corpos de gays, lésbicas e travestis pobres que mais sentiram o peso da força repressiva dos agentes do Estado ditatorial, enquanto bissexuais e homossexuais com melhores condições econômicas e culturais tinham mais acesso ao mercado de trabalho e desfrutavam de uma cidadania mais aceita, vale ressaltar que geralmente tinham a vida dupla e não

“saíam do armário” para manter as prerrogativas que uma vida heteronormativa trazia.

Algumas feministas lésbicas lideraram passeatas contra as intensas violências policiais, juntamente com ativistas de grupos homossexuais masculinos escreveram cartas que denunciavam que a atitude da polícia em se concentrar na repressão às homossexualidades, nada mais era senão um meio para desvirtuar a atenção da população em relação à falta de emprego, a miséria e a fome. (FERNANDES, 2021. p. 137). A organização política das mulheres lésbicas se deu principalmente ao perceber que a repressão contra elas sempre existiu e se aperfeiçoou durante a ditadura, num momento em que liberdades foram perdidas. Para aquelas que já não tinham quase nada, lutar contra a ditadura e pela livre expressão de sua sexualidade era mais que essencial.

No próximo capítulo, destacaremos com mais especificidade a organização político-social das lésbicas durante o período de abertura política, que formaram grupos como o subgrupo LF, o GALF em São Paulo e o GLH na Bahia, apresentando que a ligação entre subversão e homossexualidade promovida pelos aparelhos repressivos do Estado ditatorial foi essencial para os desdobramentos de condutas repressivas.

CAPÍTULO II

AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS FORMADAS POR LÉSBICAS: RESISTÊNCIAS DO GALF/LF E GLH

As organizações formadas pelas “minorias” sociais tiveram seu auge de movimentação durante as décadas de 1970 e 1980; o golpe militar em 1964 e seus desdobramentos limitaram as possibilidades de ação desses grupos, como as feministas, o movimento negro e os homossexuais. Embora ainda vivessem na ditadura, cujo término foi em 1985, esses movimentos presenciaram a fase de abertura política e, por mais repressivo que esse momento ainda fosse, puderam se organizar politicamente.

As homossexualidades que se estruturaram durante esse período, foram marginalizadas por esse sistema. Não tinham espaços para reivindicarem políticas públicas ou simplesmente para existirem livremente, já que a repressão acontecia primeiramente pelo fato de serem homossexuais. No caso particular da homossexualidade feminina, a lesbiandade é, em si, o motivo principal da repressão contra a existência lésbica e a sua organização política.

Neste capítulo, apontaremos algumas práticas repressivas contra as organizações políticas formadas por e para mulheres lésbicas, desde o seu nascimento na fase de abertura política entre as décadas de 1970 e 1980, mais exatamente no ano de 1978, até o ano de 1985, com o final da ditadura civil-militar brasileira. Além do mais, continuaremos questionando a invisibilidade e a marginalização que envolve as discussões acerca das organizações lésbicas a partir da lesbiandade.

Os principais grupos que investigaremos serão o subgrupo *Lésbico-Feminista (LF)*, que posteriormente tornou-se o *Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF)*¹⁴, constituídos na cidade de São Paulo, juntamente com o *Grupo Libertário Homossexual (GLH)*¹⁵, formado em Salvador na Bahia. A

¹⁴ O “racha” definitivo entre o Grupo SOMOS e o LF ocorre em maio de 1980, após algumas participantes do grupo terem comparecido a marcha de 1º de maio de 1980 e serem acusadas de “divisionistas” pelos integrantes do SOMOS, formando assim o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF). Marisa Fernandes (2018) aponta que esta saída definitiva apenas foi publicamente, porque em relação à autonomia do grupo, já era anterior ao rompimento.

¹⁵ O Grupo Libertário Homossexual nasceu no ano de 1980 e segundo Zuleide Paiva da Silva, historiadora e pesquisadora dos movimentos homossexuais na Bahia, o GLH se revela como a primeira bandeira lesbofeminista do estado, uma organização lésbica (in)visível em tempos de

predominância de estudos sobre a organização de grupos localizados no Sudeste brasileiro pode indicar a falta de documentações e registros de grupos formados por mulheres lésbicas em outros espaços regionais, mas também pode indicar o desinteresse em produzir conhecimento histórico sobre eixos espaciais considerados periféricos.

Os longos vinte e um anos de ditadura militar no Brasil foram cheios de contradições e seus agentes procuraram legitimar o golpe com discursos democráticos, mas em sua face, buscaram executar um regime autoritário com restrições de liberdades políticas e sociais; para aparentar legalidade do regime, o respeito à moral e aos bons costumes se fazia mais que necessário. Suas ações foram justificadas através de artifícios de uma ampla rede de diretrizes jurídicas, como decretos, leis e atos institucionais. (GREEN; QUINALHA, 2014).

Durante todo esse período, o Brasil passou por uma fase de diversas perdas de liberdades, por outro lado, a resistência ao autoritarismo era eminente e, com quatro anos de regime, no ano de 1968, com a rigidez ditatorial se fazendo ainda mais presente, algumas mobilizações sociais e manifestações artísticas, como o *tropicalismo* e as mudanças culturais no país, refletiam a aversão ao regime. No plano internacional, a formação de grupos de gays e lésbicas nos Estados Unidos, Europa e também na América Latina, como na Argentina, também são exemplos de grandes transformações culturais desse período e refletiam ares de esperança para a comunidade homossexual. (GREEN, 2014). Essas manifestações abriram um leque de possibilidades para se enxergar uma articulação política entre as homossexualidades, porém, no mesmo ano a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), acabou com qualquer possibilidade de organização LGBT (GREEN e QUINALHA. 2014).

Ditadura. Segundo a autora, o que se observa em torno da criação do grupo é o “complô do silêncio”, conceito presente no livro *O que é lesbianismo?* Da autora Tania Navarro Swain, que fomenta o apagamento histórico das lésbicas em diversos momentos na historiografia. Ver: SILVA. Zuleide Paiva da. **A AVENTURA DE INVENTAR-SE ATIVISTA LÉSBICA EM TEMPOS VERDE OLIVA: considerações sobre a primeira organização lésbica da Bahia.** V Seminário Internacional: Enlaçando Sexualidades - Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30382>>. Acesso em: 17/12/2021 09:21

Foi no contexto de oposição à ditadura que os grupos homossexuais se organizaram¹⁶ e, ao longo da abertura política, os movimentos sociais puderam exercer, com um pouco mais de autonomia, seus propósitos mais específicos, mas sem abandonar a luta mais ampla pela redemocratização brasileira. Pois assim como outros projetos no período ditatorial, a abertura política também foi elaborada pelos presidentes militares e fazia parte dos seus planejamentos de continuarem a administrar o país com seus ideais autoritários. Sempre com muita cautela para não perder suas forças, os generais começaram a apresentar algumas alterações em sua política. Porém, de acordo com Macrae (2018), mesmo com a sociedade enxergando as diversas ambiguidades que abertura política carregava, o Brasil respirava otimismo.

A greve dos metalúrgicos em 1978 estabeleceu a gênese da força do movimento operário contra o regime e seus militantes se aproximaram de outras categorias. Vale ressaltar que no contexto mundial, a guerra fria estava se desenrolando e não há como não mencionar a influência que o Brasil sofreu de alguns movimentos e ideais estadunidenses. Edward Macrae afirma que a juventude de classe média brasileira voltou sua atenção para a cena *underground*, como o movimento *black power*,¹⁷ o rock, a maconha, o movimento *paz e amor* e a partir dessas questões, as próprias vertentes de esquerda que contestavam o regime ditatorial passaram a ser questionadas.

A teoria e a prática das esquerdas eram questionadas, criticando-se também seu conservadorismo cultural, refletindo na sua dificuldade em inovar nas áreas das artes e dos costumes. O marxismo ficava estigmatizado como 'carece' e difundia-se uma nova noção: não existiria a possibilidade de uma revolução ou transformação social, sem que ocorresse também uma revolução ou transformação individual. (MACRAE, 2018. p. 95).

¹⁶ No Brasil, a oposição à ditadura pode estabelecer uma organização dos movimentos homossexuais pautados nas reivindicações acerca de suas sexualidades e alinhados a luta pela redemocratização no país. Ver: OLIVEIRA. Luana Farias. **Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-militar (1964-1985)** Periódicus, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017 – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidade. 2017. Disponível em: [Quem Tem Medo de Sapatão: Resistência Lésbica À Ditadura Civil-Militar \(1964-1985\) | PDF | Lésbicas | Homossexualidade \(scribd.com\)](#) Acesso: 17/12/2021.

¹⁷ Para aprofundamento de questões sobre o movimento negro, indicamos o filme *Ôri* de Rachel Gerber que liga a história da historiadora Beatriz Nascimento e sua atuação no movimento negro no Brasil também no período de abertura política.

O cerne da crítica à esquerda tradicional foi estabelecido pelo movimento estudantil, que não deixava de questionar esses novos valores, provocando novos comportamentos na militância política e, segundo Macrae, a unidade das esquerdas já não existia mais. As críticas e questionamentos à esquerda tradicional tanto evidenciavam novos olhares e perspectivas políticas para aqueles que também se consideravam parte da esquerda, como também gerava uma linha individualista em que grupos “minoritários” priorizavam o prazer individual e questionavam os papéis tradicionais de gênero e sexualidade, muitas vezes englobando todo o proletariado como reacionário/racista/machista/homofóbico.

Tratando das contribuições teóricas e políticas do movimento lésbico e feminista, Jules Falquet (2012) apresenta que a lesbiandade é uma categoria recente e expõe alguns fundamentos baseados em três teóricas do feminismo lésbico, Mathieu (1991), Rich (1981) e Wittig (1980)¹⁸, para reforçar que somente “a partir da lesbianidade como movimento político, que puderam ter lugar as verdadeiras revoluções do pensamento” (FALQUET, 2012, p.14). Vale ressaltar que a autora concentra sua pesquisa sobre a lesbiandade estadunidense, apesar de apontar experiências lésbicas em outros países e continentes.

Segundo ela, o surgimento de um movimento social lésbico autônomo que faz crítica a outros movimentos sociais nasceu ainda no ano de 1950, muito anterior ao movimento feminista. Na cidade de Buffalo, os Estados Unidos macarthista vivenciou “a existência de comunidades de lésbicas proletárias e/ou racializadas organizadas, entre outros, em torno do código “*butch-fem*” (FALQUET. 2012. p. 14), e assim como outros movimentos sociais, entre as décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, o movimento

¹⁸ De acordo com Falquet (2012): O quadro de análise de Mathieu apresenta uma grande diversidade cultural na pesquisa, apontando que mesmo na diferença, as práticas que concernentes à sexualidade. “Estudando estas ‘desviâncias’ em sociedades as mais variadas, Mathieu mostra (1) que a maior parte delas constitui na realidade mecanismos institucionalizados de ajustamento e/ou são funcionais no sistema social considerado, e, sobretudo, (2) que não existe uma única maneira de acreditar (ou não) na naturalidade do sexo e dos gêneros”. Já Adrienne Rich situa a lesbianidade como uma organização política, um “*continuum lésbico*” e que a heterossexualidade como norma vigente tornou-se possível justamente pela invisibilização da lesbianidade. Monique Wittig aponta que a perspectiva lésbica foge dos fundamentos das categorias homem e mulher, tirando a naturalização desses conceitos, simplesmente pela existência lésbica.

lésbico vivenciou grandes transformações políticas e sociais. Segundo Falquet (2012, p. 15):

Nos Estados Unidos, os movimentos pelos direitos civis, a libertação negra, a independência de Porto Rico ou os direitos indígenas, as lutas revolucionárias e de descolonização, a oposição à guerra do Vietnã, os movimentos feminista e homossexual, enfim, constituem “escolas” políticas para toda uma geração de militantes.

Contudo, foi através da participação dentro desses grupos, que surgiram insatisfações de mulheres lésbicas e, a partir de críticas, contradições e esquecimento dessas comunidades, as lésbicas decidiram “tomar uma posição de autonomia organizacional e, sobretudo teórica”. Daí pode-se identificar a primeira contribuição do movimento lésbico a outros movimentos sociais:

Não é outro senão lhes permitir se interrogar sobre seus limites e sobre o que não foi pensado tanto nas suas práticas cotidianas quanto nos seus objetivos políticos, muito particularmente no domínio da sexualidade, da família, da divisão sexual do trabalho ou da definição dos papéis masculinos e femininos. (FALQUET, 2012. p.15).

Outras contribuições seriam a indissociabilidade da luta contra as opressões¹⁹, e a terceira:

É a inversão completa da perspectiva naturalista do senso comum sobre a sexualidade, os gêneros e, sobretudo os sexos. Esta inversão é levada a cabo pelo reexame e questionamento da ideia, aparentemente simples e inocente, de que a heterossexualidade seria um mecanismo natural de atração entre dois sexos. (FALQUET, 2012. p. 18).

¹⁹ Falquet apresenta o surgimento do Coletivo Combahee River, um dos pioneiros grupos feminista negro, que nasce de uma crítica quádrupla: “ao sexismo e à dimensão pequeno-burguesa do movimento negro, ao racismo e às perspectivas pequeno-burguesas do movimento feminista e lésbico, ao caráter reformista da National Black Feminist Organization [Organização Feminista Negra Nacional], e à cegueira das feministas socialistas face às questões de “raça”. Em resposta a todas essas insuficiências, o Combahee River Collective afirma pela primeira vez, em um manifesto que tornou-se clássico, a inseparabilidade das opressões e, portanto, das lutas contra o racismo, o patriarcado, o capitalismo e a heterossexualidade”.

Green (2014) fez um aparato historiográfico do Grupo Somos que, mesmo sendo predominantemente masculino, teve cerca de um terço de mulheres lésbicas, formando um subgrupo dentro do Somos, o Lésbico-Feminista (LF) que o autor caracteriza como *grupos de identificação*²⁰. O grupo Somos começou a crescer bastante no ano de 1979 e na medida do avanço de novos adeptos ficava impossível realizar todas as reuniões com todos os participantes, a partir disso, o grupo se dividiu em *grupos de identificação*. Segundo James N. Green, surgiram basicamente três polos dentro do grupo Somos: o primeiro, definido por fazer fortes críticas às esquerdas brasileiras e rejeitar qualquer ligação ou associação com elas. O segundo grupo dentro do Somos, foi justamente o das lésbicas. O autor não o cita como o LF, porque inicialmente elas seriam somente essa ‘fração’. As mulheres lésbicas começaram a introduzir uma visão mais feminista dentro do grupo e nem todas elas rejeitavam as esquerdas, como no primeiro polo. E por fim, o terceiro grupo de identificação que tinha como principal objetivo o ativismo político, tinham simpatia pela esquerda ou por alguma corrente, inclusive, o próprio autor fazia parte do núcleo homossexual e era membro da Convergência Socialista.

No período da abertura política, o movimento que conhecemos atualmente como LGBTQIA+ começou a atuar de forma mais orgânica. Segundo o autor, foi nesse período em que surgiu a “primeira onda” do movimento das homossexualidades no Brasil; o Grupo Somos teve atuações mais significativas na luta pela democracia e pelo fim da opressão. É mais que considerável ressaltarmos o Grupo Somos como a primeira organização política das homossexualidades no Brasil, o seu alcance foi gigantesco e pode inspirar pessoas e grupos homossexuais a lutar pelos seus direitos; considerando o período ditatorial em que direitos básicos eram suprimidos, o Somos pode fortalecer as redes de apoio entre as mulheres lésbicas.

Os movimentos lésbicos organizados também vivenciaram as repressões que abarcavam outros grupos formados pelas “minorias” sociais. Representando uma sexualidade marginalizada, não só pela esfera

²⁰ Ver: GREEN, James N. **O Grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura**. In: GREEN, James N; QUINHALHA, Renan (org.) Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

conservadora e preconceituosa da sociedade, mas também por parte significativa da esquerda, as mulheres do movimento lésbico permaneceram no ostracismo em muitos momentos de reivindicação de direitos.

Considerando o combate à ditadura como indissociável das pautas do movimento lésbico, o LF/GALF reiteradamente relacionava a redemocratização do país as suas lutas contra o preconceito homoafetivo. As pesquisas sobre o período ditatorial são diversas, porém os trabalhos sobre as homossexualidades e a ditadura militar não são tão ressaltadas, ainda mais quando nos referimos à homossexualidade feminina. De acordo com Fernandes, durante o regime, a comunidade homossexual: “Com muita coragem, energia e resistência, estabeleceu uma agenda inédita, progressista e transformadora, lutando por visibilidade, respeito, combate à homolesbitransfobia e pela redemocratização do país” (FERNANDES, 2018. p. 92).

A autora e ex-integrante do GALF destaca as dificuldades em compor o primeiro grupo de lésbicas organizadas e salienta que inicialmente o primeiro impasse foi “estar diante de um estado político militar, de direita” (FERNANDES, 2021. p. 126), exibindo que a luta pela visibilidade e respeito da sexualidade lésbica nasceu indissociável da luta pela liberdade e contra a ditadura, mesmo reconhecendo como segunda dificuldade, os ideais de uma *esquerda ortodoxa* que muitas vezes não compreendia a necessidade de se discutir sexualidade, racismo, machismo e patriarcado nessa sociedade autoritária.

Infelizmente, grande parte da esquerda também compartilhava de noções homofóbicas e conservadoras diante dos movimentos homossexuais, aumentando ainda mais a marginalização desses grupos. (GREEN; QUINHALHA, 2014). Quando falamos especificamente do movimento lésbico, o preconceito era bastante acentuado, não só por parte das esquerdas alinhadas à “luta maior”, como também até mesmo pelos movimentos que pautavam questões mais específicas, como o movimento homossexual masculino e o movimento feminista.

A organização social e política das mulheres lésbicas foi criticada pelas feministas liberais e, segundo hooks (2019), as pensadoras que buscavam abordar raça, sexualidade e classe social dentro da perspectiva de gênero

eram comumente acusadas de traidoras e de destruírem o foco do feminismo. Deste modo, vivendo à margem, sendo invisibilizadas até dentro dos movimentos de qual faziam parte, algumas mulheres lésbicas se uniram em torno de uma rede de apoio na qual não eram julgadas por estarem “destruindo o foco principal”, ora pelas feministas, ora pelos homossexuais masculinos.

O Somos foi o primeiro espaço em que as mulheres puderam se organizar politicamente, mesmo formado majoritariamente por homens. Apesar disso, Marisa Fernandes (2018) ex-integrante do LF, aponta que as mulheres lésbicas notaram que dentro do grupo ainda havia questões discriminatórias e machistas reproduzidas pelos próprios homossexuais, e no dia 07 de julho de 1979, sabendo que eram duplamente discriminadas pelo fato de serem lésbicas e mulheres, afirmaram que passariam a atuar dentro do Somos como o subgrupo LF.

No ano de 1979, as lésbicas que atuavam no Somos, passaram a atuar dentro do próprio grupo, como um subgrupo Lésbico-Feminista. Assim nascia o LF. As mulheres perceberam que mesmo dentro do grupo que tinha sua maioria formada por homens, ainda existiam questões discriminatórias e machistas por parte dos homossexuais masculinos, portanto elas eram duplamente oprimidas tanto pelo fato de serem mulheres quanto lésbicas. Segundo Fernandes, as mulheres começaram sem nenhuma referência e experiência organizativa, porém nem isso, nem os 15 anos que a ditadura completava em 1979 foram suficientes para diminuir a potencialidade revolucionária de subverter a realidade que lhes foram impostas.

Já como um subgrupo, as mulheres integraram a coordenação do II Congresso da Mulher Paulista²¹ e de imediato não foram bem recebidas pelas feministas heterossexuais, já que era a primeira vez em que o grupo participava como organização política e pautava a questão da sexualidade lésbica. Fernandes aponta que várias formas de preconceito foram sentidas e a primeira inserção das mulheres lésbicas no movimento feminista foi no mínimo traumatizante, tendo encontrado o painel escrito “Amor entre mulheres” completamente destruído.

²¹ O II Congresso da Mulher Paulista estava previsto para acontecer nos dias 8 e 9 de março de 1980, na PUC-SP. A presença do LF, não foi bem aceita pelas feministas e para evitar constrangimentos as lésbicas usaram mais o nome do Grupo Somos do que o Lésbico-Feminista. As reivindicações lésbicas não foram aceitas e não causaram o impacto desejado.

Outra organização lésbica também formada no período da abertura política foi o Grupo Libertário Homossexual (GLH), na cidade de Salvador; a movimentação política desse grupo é registrada a partir de entrevistas realizadas pela historiadora Zuleide Paiva com uma ex-integrante do coletivo de mulheres lésbicas. O GLH foi composto no período ditatorial durante a lenta abertura política, na primeira onda do movimento homossexual brasileiro, em que um grupo de mulheres lésbicas também participantes do movimento estudantil na Universidade Federal da Bahia (UFBA) lutou contra a repressão da ditadura e construíram a lesbiandade como um ato de resistência.

Entrevistando a ex-integrante Lurdinha, Maria de Lurdes Almeida Motta, professora da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Zuleide Paiva apresenta a vivência de Lurdinha como parte do todo que foi “uma pequena ilha de Lesbos, um lugar seguro para as lésbicas”, as participantes que se indignaram com certas atitudes por parte das esquerdas que consideravam a homossexualidade um “desvio” pequeno-burguês. Assim como aconteceu no GALF, o GLH também não foi inicialmente aceito pelas feministas heterossexuais, apesar de concentrar suas pautas nas lutas feministas; segundo Paiva:

Embora a agenda do grupo fosse bastante ampliada, as estudantes concentravam esforços na luta feminista pelo fim da violência contra as mulheres, então protagonizada na Bahia pelas feministas do Brasil-Mulher e na luta contra violência e discriminação sexual, então protagonizada pelo GGB. (PAIVA, 2017. p. 05).

Segundo a própria entrevistada, as feministas heterossexuais tinham medo de ser igualadas as lésbicas, caindo nas armadilhas da heterossexualidade compulsória.

[...] Elas tinham medo de serem chamadas de lésbicas, sapatão. Na verdade eu não tinha paciência com aquelas mulheres, que nos olhavam atravessado. Era impressionante como elas se incomodavam. Elas não queriam ser associadas às lésbicas. [...] Sabe quando olha para você com cara de desdém? Pois era assim que elas nos olhavam. Eu não gostava. Mas nós gostávamos muito de Margot Piva, e participávamos de tudo, e aprendíamos muito com as feministas, que eram todas muito inteligentes, guerreiras. O Brasil-Mulher era uma

referência em todo Brasil (LURDINHA. GLH, Entrevista, 2017).

É fundamental salientarmos que muitos registros que evidenciam a atuação do GLH foram perdidos e com isso temos mais suporte para tratarmos do grupo paulista LF/GALF, já que os registros encontrados correspondem a este. Segundo Barros (2012, p. 18), entre as décadas de 1940 e 1970, São Paulo tornou-se um berço cosmopolita, com grandes transformações derivadas da modernização e urbanização da cidade, fazendo com que o fluxo de migração fosse ainda mais intenso. Nos grandes centros urbanos como São Paulo, os jovens puderam vivenciar mais liberdade e se unir para lutar por mais direitos que até então lhes eram negados.

Contudo, não é válido afirmar que somente nos estados do sudeste a repressão ditatorial foi mais intensa, visto que os maiores registros de movimentações contra o regime provieram de lá. A falta de atenção com a história do Nordeste não é um caso isolado somente desse trabalho, mas sim um atributo xenofóbico da historiografia brasileira que, em diversos momentos da história, não se preocupou em evidenciar que fora do eixo sudestino também há história e também existem pessoas escrevendo sobre suas experiências.

É importante validar as circunstâncias em que a organização lésbica foi rescindida por parte de alguns movimentos sociais, como o homossexual masculino e o feminismo, apontando que nestes o machismo dos homens gays e a lesbofobia das feministas heterossexuais se sobressaíram, apesar das convergências entre a lesbiandade e os movimentos em questão. Porém, não é justo comparar as repressões sofridas pelas lésbicas vindas das esquerdas e de movimentos sociais com aquelas praticadas pelos agentes do Estado, já que estes últimos eram quem detinham o poder legítimo para reprimir as minorias no geral, usando a violência física e a censura.

O LF/GALF, apesar de pouco explorado em relação à subversão e homossexualidades, também esteve na mira de investigações e relatórios de espionagem. Vale salientar que assim como o Grupo Somos, a organização lésbica não era um alvo direto da repressão ditatorial; o primeiro fator que faziam esses grupos serem investigados era o fato de serem homossexuais e enfrentarem os preconceitos como um projeto político, mais organizado.

Somos não era uma organização 'subversiva' tradicional e um alvo de uma repressão direta da Operação Bandeirantes, do DOI-Codi ou do DEOPS. Contudo, por ter resolvido enfrentar os preconceitos sociais como um projeto político, num momento em que a ideia da organização política de gays e lésbicas era incompreensível e inconcebível para a maioria, inclusive a maioria de homossexuais, sob o contexto de uma abertura ainda precária, uma certa fragilidade se fez presente no grupo (GREEN, 2021, p. 188).

Diante de consultas no acervo digital do Arquivo Nacional sobre o tema da lesbiandade, antes chamado de lesbianismo, e sobre a atuação de organizações políticas voltadas à temática lésbica, foram encontrados setenta registros no que se refere ao assunto, sendo doze dossiês investigativos que o LF e, posteriormente o GALF, é citado e associado aos seguintes assuntos: “fatores que influenciam na formação moral, social e da opinião pública e contribuem para o descenso gradual dos princípios morais”; “fatores de licenciosidade e obscenidade”; “publicações contrárias à moral e aos bons costumes”, “propaganda adversa”, “assuntos proibidos”, “divulgar movimentos amorais” e “SUBVERSÃO: organizações clandestinas”²². Além destes dossiês, são classificadas peças teatrais, músicas e matérias em que consta pelo menos uma personagem lésbica. Nestes quesitos, não adentramos suficientemente, pois o capítulo tratará de apresentar como as organizações políticas construídas por mulheres lésbicas sofreram com a repressão ditatorial.

²² Os dossiês comportam materiais jornalísticos publicados principalmente pela imprensa alternativa, aqui serão utilizadas edições do jornal *Em Tempo*.

ASP/SNI	CONFIDENCIAL
29OUT82 012972	
ACE	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
	SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
	AGÊNCIA DE SÃO PAULO
	
INFORMAÇÃO Nº	3128 / 19 / ASP / 82
DATA:	26 Out 82
ASSUNTO:	FATORES QUE INFLUEM NA FORMAÇÃO DA MORAL SOCIAL E DA OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRAS (IN 4.3)
REFERÊNCIA:	Infão nº 1267/119/ASP/82, de 03 Mai
ORIGEM:	ASP/SNI
DIFUSÃO ANTERIOR:	
DIFUSÃO:	AC/SNI
ANEXOS:	
<p>4.3.1 - FATORES ADVERSOS AO DESENVOLVIMENTO DOS VALORES ESPIRITUAIS E MORAIS DA NACIONALIDADE. INTELIGÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (PROFISSIONAIS, RELIGIOSAS, POLÍTICAS ETC.) E DOS INTELLECTUAIS NA EDUCAÇÃO CÍVICA DO HOMEM BRASILEIRO, EM PARTICULAR DA JUVENTUDE</p> <p>As observações feitas em documentos anteriores - persistem.</p> <p>Um novo fator, cultuado principalmente no meio artístico e entre os pseudo-intelectuais de esquerda, que vem se difundindo entre a juventude paulista, é a chamada "Ideologia do Permissivismo", ou seja, uma crença de que o indivíduo pode agir como bem lhe aprouver, sem possuir obrigação moral alguma, só admitindo não haver regra alguma para nortear a conduta humana.</p> <p>Esse comportamento torna nebulosa a visão da juventude quanto aos conceitos de seriedade nos negócios, honestidade pessoal, noção de pátria e consciência dos deveres</p>	
CONFIDENCIAL	
-cont.-	

Imagem 1 – Fonte: **Arquivo Nacional**, Serviço Nacional de Informações. 29 de Outubro de 1982.

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO da INFORMAÇÃO N.º 3128, 19 /ASP/ 82 (Fl. 07/13.)

- HOMOSSEXUALISMO

O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL DE SÃO PAULO, através dos grupos "AÇÃO LÉSBICA-FEMINISTA", "OUTRA COISA DE AÇÃO HOMOSSEXUALISTA" e "SOMOS DE AFIRMAÇÃO HOMOSSEXUAL", depois de uma reunião realizada nesta Capital, redigiu uma lista de reivindicações e sugestões a serem encaminhadas aos partidos políticos brasileiros. Nessa reunião também ficou decidido que estes grupos não apoiariam qualquer partido ou candidato nas eleições de 82, pois seu trabalho deve unir homossexuais de todas as ideologias para que o Movimento seja cada vez mais forte.

Entre as reivindicações estão:

- . Apoio dos políticos para a extinção imediata de um artigo do Código de Saúde que rotula o homossexualismo como "desvio e transtorno sexual";
- . Fim da repressão e prisão arbitrária de homossexuais;
- . Fim da discriminação sexual no trabalho;
- . Direito ao convívio e custódia dos filhos, assim como adoção independente da orientação sexual do interessado;
- . Direito a livre manifestação pública de afeto;
- . Inclusão de informações sobre homossexualidade de forma não preconceituosa nos projetos de educação sexual nas escolas públicas e
- . Direito à Livre Opção Sexual dos Cidadãos.

Atualmente, só na região do Centro de SÃO PAULO existem 22 boates dedicadas ao "gay people".

É tal a variedade desses tipos de casas existentes que uma delas, na tentativa de atrair público maior, fez realizar leilões de rapazes seminus durante a madrugada.

- FESTIVAIS

O III FESTIVAL DE ÁGUAS CLARAS está previsto para

CONFIDENCIAL

-cont.-

Os dois documentos correspondem a um dossiê realizado no dia 29 de outubro de 1982, sendo o primeiro a primeira página do arquivo com a informação nº 3128 do Serviço Nacional de Informações (SNI), intitulada: “fatores que influem na formação da moral social e da opinião pública brasileira”, correspondendo o ‘homossexualismo’ na imagem dois como um destes fatores. O grupo *Ação Lésbica-Feminista (LF)* é citado juntamente com outros grupos pertencentes ao movimento homossexual de São Paulo. Os dois documentos são apenas um exemplo das diversas investigações que acusavam os grupos homossexuais do estado de São Paulo, entre eles o LF de infringirem *a moral e os bons costumes* da sociedade brasileira.

Em meio ao processo de abertura política, a repressão policial não cessou. As práticas de violência realizadas pelos agentes do Estado contra esses segmentos sociais, além de fabulação de preservação da moral e bons costumes no país, se baseavam numa certa associação entre subversão e as homossexualidades. De acordo com Cowan (2014) esse pensamento surgiu não com os militares que, ao difundirem essa visão, beberam na fonte do Integralismo em décadas anteriores. No período de *abertura política*, os reacionários dentro e fora do regime autoritário além de associar as homossexualidades com outros movimentos sociais (especialmente o feminismo e o movimento negro), também propagaram a onda de subversão.

As reivindicações dos grupos são apontadas e encaminhadas para os partidos políticos brasileiros, contudo, é exposta uma decisão dos homossexuais não “apoiarem” qualquer partido nas eleições daquele ano (1982), pois “seu trabalho deve unir todas as ideologias”. Um dos pontos mais discutidos sobre a temática é sobre o movimento homossexual brasileiro se alinhar ou não politicamente com partidos políticos, ou à “luta maior”.

James N. Green também ressalta que o próprio grupo Somos tinha pensamentos diferentes, ele próprio, enquanto um ex-integrante do grupo e membro da Convergência Socialista tinha a perspectiva trotskista-marxista de viabilizar uma ligação com a classe trabalhadora, já que a homossexualidade existe em qualquer classe social. Já outros membros do Somos defendiam que a organização homossexual focalizasse apenas contra a opressão dos gays e lésbicas. Segundo o autor nenhum desses dois pensamentos de defender a “luta específica” ou a “luta maior” conseguiam formular uma linguagem

adequada para conversar sobre o tema e parecia que havia uma contradição insolucionável entre esses dois pensamentos.

Os proponentes das 'lutas específicas' tinham dificuldades em articular o tipo de sociedade que eles queriam se a abertura fosse consolidada e a ditadura saísse do poder, e as esquerdas insistiam numa utopia socialista, imaginando que a saída dos militares abriria uma fase revolucionária a partir da qual todos os 'problemas' sociais seriam resolvidos (GREEN, ano, p. 191).

Essa noção de união entre todas as ideologias políticas também atravessou grandes momentos da organização lésbica. Ainda dentro do Somos como um subgrupo, algumas mulheres acreditavam que era mais favorável não criar o LF, enquanto outras pensavam diferente. A própria saída das lésbicas dentro do Somos foi por conta de serem acusadas de "divisionistas" e não concordarem com posições machistas e misóginas por parte dos homossexuais masculinos.

ergonha. não quero separar dele. jogo de quarto.

Dupla discriminação

Além da discriminação enquanto mulheres, as lésbicas enfrentam a truculência dos policiais, "tratamentos" psiquiátricos e o código civil brasileiro.

É de muita importância ressaltar que as lésbicas são mulheres, já que para muitos, elas não passam de um homem com corpo feminino. Mulheres que sofrem a opressão e a discriminação pela sua condição biológica e que, pela sua opção sexual, ainda são vítimas de outras formas de violência.

No ano passado, tivemos um exemplo de ação violenta e arbitrária exercida sobre os homossexuais, quando o delegado Richetti e sua comitiva faziam suas "limpezas", invadindo os bares frequentados por homossexuais em São Paulo e carregando à força as lésbicas. Nem todos os documentos que eram apresentados aos policiais minimizavam a condição de "imorais", "degeneradas", "marginais" para os policiais empenhados na então chamada "operação Sapateiro".

Estas leis, nunca escritas, mas que condenam qualquer pessoa que não aceite os padrões impostos pelo sistema basicamente moralista e machista, que não incorpore as "regras de normalidade", geram a violência, do seu sentido mais amplo ao mais específico e sutil.

Como em certas "linhas tendenciosas" da Terapia Comportamental que dispensam um tratamento específico aos casos de homossexualismo, através de choques elétricos e aplicações de injeções que causam náuseas concomitantes a projeção de slides mostrando corpos do mesmo sexo.

Violência também das leis escritas, quando no Tribunal da Justiça uma mãe lésbica certamente perde a guarda dos seus filhos, mesmo tendo todas as condições financeiras, educacionais e afetivas para dar a eles. E certamente perde também todas estas condições estáveis pelas consequências que a "justiça"

acaba acarretando — a perda do emprego, da auto-estima, do equilíbrio emocional — o escândalo que se forma em torno do assunto, a deturpação da imprensa, a invasão da sua individualidade, a perda total dos seus direitos de mãe.

Outra constituição do Código Internacional de Doenças e do INAMPS, onde o homossexualismo é tido como desvio comportamental, podendo até ser aposentado por invalidez. Como modificar estas leis arbitrárias que fazem um homossexual perder o seu ritmo normal de produção pela sua preferência sexual?

Atualmente, e desde o seu começo, mulheres lésbicas vêm participando do SOS MULHER, desenvolvendo um trabalho importante junto às mulheres que o procuram. Dos casos atendidos pelo SOS até hoje, dois casos de lesbianismo foram registrados.

O primeiro, de uma mãe lésbica já desquitada, de quem o ex-marido queria tirar a guarda dos filhos pelo seu novo modo afetivo de convivência — com uma outra mulher.

O segundo caso, um pouco mais complicado, era de uma secretária que perdera o emprego por causa de telefonemas anônimos, acusando-a de lésbica ao colega em que trabalhava. O que fazer em um caso destes? Em primeiro lugar precisava-se saber se ela estava realmente disposta a levar o caso até as últimas consequências — o que não ocorreu, porque isso implicaria em todo um escândalo em torno do seu nome, o que a dificultaria em arrumar um outro emprego, além de perder amigos e ser execrada pela família.

(por Silvana Afram)

De 10 a 23 de julho de 1981

Imagem 3 – Jornal: *Em Tempo*. Julho de 1981. Fonte: Arquivo Nacional.

Nesta publicação do jornal *Em Tempo*, pode-se observar uma matéria sobre a dupla discriminação lésbica e, mesmo não sendo um periódico exclusivamente para as questões homossexuais, como foi o *Lampião da Esquina*, o registro apontou a temática lésbica em um jornal alternativo voltado para as demandas da classe trabalhadora.

A movimentação entre os trabalhadores e as homossexualidades foi intensa nos primeiros anos de abertura política, a relação entre a redemocratização brasileira e os direitos de lésbicas, gays e travestis estavam interligadas. Contudo, nem todos os homossexuais estavam de acordo com a junção de pautas com o movimento operário. As mulheres lésbicas do LF sentiram que em primeiro momento seria necessário a cooperação, deixando um clima de desentendimento entre gays e lésbicas, que tempo depois culmina na saída das mulheres do grupo Somos.

Após uma discussão sobre Minorias ocorrida na USP em fevereiro de 1979, ingressaram novos membros (lésbicas e gays) no Grupo Somos, membros estes das cidades mais tipicamente industriais do estado: Osasco e Guarulhos. A partir destes integrantes, muitos foram favoráveis à participação na passeata do Primeiro de Maio de 1980 (um dia de combate direto à ditadura e pela reintegração da democracia).

Já no mês de abril do mesmo ano, durante o I Encontro Brasileiro de Homossexuais se instaurou a divisão de ideias sobre a passeata, já que grande parte não era favorável ao comparecimento do movimento homossexual, porém, as mulheres lésbicas adotaram a posição de que o LF participaria, apesar de que nenhuma integrante de fato fosse obrigada a comparecer. De acordo com Fernandes (2021), a parcela que contestava a participação do grupo sugeriu uma proposta para que realizassem um piquenique no mesmo dia, contudo, as lésbicas recusaram o convite e com esse posicionamento foram acusadas de manobristas e de terem se alinhado à “luta maior”.

Pelo apresentado, ficou evidente que independentemente de onde estiveram, lésbicas foram julgadas e marginalizadas. Mulheres que decidiram se organizar politicamente, formaram grupos lésbicos que questionavam feministas e homossexuais masculinos sobre a invisibilidade que lhes eram determinadas e sofreram atitudes repressivas até de quem do mesmo modo,

sofria com isso. Entretanto, não foram somente as mulheres que formaram grupos políticos que enfrentaram repressões, qualquer lésbica que manifestasse lesbiandade, fosse nas ruas, no trabalho ou em livros, foram consideradas marginais e um motivo a ser combatido pelo Estado ditatorial, que foi o responsável direto pela repressão sofrida por lésbicas, homossexuais e travestis durante a abertura política.

Cassandra Rios é o exemplo essencial para demonstrar que as repressões exercidas por parte dos agentes ditatoriais atingiu de modo geral as homossexualidades que viveram naquele período, sendo elas presas, agredidas físicas ou moralmente e censuradas, como no caso de Rios. Proibida de vender seus livros desde o governo de Getúlio Vargas, a “escritora maldita” teve a maioria de suas obras censuradas na ditadura militar, sendo marginalizada por autores literários acadêmicos por ter uma escrita “popular” e até mesmo por parte de quem também foi censurado pela ditadura. No capítulo seguinte, buscaremos interpretar as razões da censura contra Cassandra e como foi se construindo o apagamento histórico de sua figura.

CAPÍTULO III

CASSANDRA RIOS: “A ESCRITORA MALDITA”

Não eram meus livros que estavam proibindo e sim a escritora que na época mais vendia. Tanto assim que esses romancinhos intencionais, gerados por uma grande revolta, igualmente escritos por mim, eram adquiridos sem nenhum problema (RIOS, 2000, p. 134).

O que aconteceu para que a pessoa mais censurada da ditadura militar fosse uma mulher, lésbica, escritora e que na maioria dos seus livros narrava histórias sobre lesbiandade? Cassandra Rios, pseudônimo de Odette Rios (1932-2002), foi considerada pela Comissão nacional da verdade (2014) a artista mais censurada do período ditatorial, um título comovente, mas que juntamente demonstra que foi a que mais vendeu livros, conforme a própria autora evidencia em uma entrevista para o Programa do Jô, presente no documentário sobre Rios.

O decreto-lei nº1077 postulado em 1970, no início da abertura política transformou o período ainda mais repressivo para os setores socioculturais da sociedade brasileira. Essa evidência foi um dos fatores que incorporou às normas da ditadura a perseguição às homossexualidades e Cassandra Rios é o eixo para compreender que apesar de nunca ter se vinculado a nenhum movimento social - lésbico ou não –, a escritora foi considerada subversiva para o governo, por ser lésbica e por ter a homossexualidade feminina bastante presente em seus escritos.

Durante a ditadura, os órgãos de repressão se aperfeiçoaram e a censura atingiu níveis que iam de letras de músicas a programas de televisão. Qualquer evento considerado contrário ao regime era censurado e perseguido pelas superintendências encarregadas. Não foi diferente com a vida e obra da escritora Cassandra Rios que sofreu diversas perseguições judiciais, tendo trinta e seis de seus cinquenta livros censurados durante a ditadura militar. Fernandes (2014) aponta que a escritora chegou a ser condenada à prisão, mas seu advogado pode recorrer, porém, diversas vezes foi levada para delegacias e chegou a ser agredida com um soco no rosto por um delegado.

O esquecimento da imagem de Cassandra Rios tanto no campo literário quanto no historiográfico é evidente, sendo reservado para a escritora apenas

títulos pejorativos de “escritora pornográfica” ou “papisa do homossexualismo”. Holanda (2015) aponta que outras escritoras mulheres contemporâneas de Cassandra não foram esquecidas como ela, ainda que elas também fugissem da norma do que é o esperado por “ser mulher”, apenas Cassandra era lésbica e também escrevia sobre a lesbiandade. Ser lésbica e escrever sobre lesbiandade foi o crime de Cassandra Rios, segundo Fernandes:

As denúncias contra Cassandra eram no sentido de que, com sua literatura, ela estaria aliciando, corrompendo e encaminhando toda a juventude e a sociedade brasileira para a homossexualidade, com romances eróticos, de ligações ilícitas, fora dos padrões normais. Vista como a pior e mais perigosa inimiga de toda uma população, houve mesmo uma tentativa de deportar a “maldita escritora”, pois ela deveria ser calada. Ao relatar em suas obras a miséria de alguns personagens e por falar de homossexualidade e de sexualidade de uma maneira geral, o que já lhe fora proibido fazer, a escritora foi acusada de ser subversiva. (FERNANDES, 2021. p. 127).

As justificativas para as censuras cometidas contra Rios eram de que a autora praticava imoralidades contra a sociedade brasileira; considerada pornográfica e subversiva, a literatura de Cassandra foi marginalizada por ter uma escrita popular. Vale salientar que a escritora foi a primeira mulher a chegar à marca de um milhão de livros vendidos e esse episódio aconteceu durante a ditadura militar. No documentário *Cassandra Rios – A Safo de Perdizes* (2013), produzido pela secretaria de cultura do estado de São Paulo, amigos próximos e parentes de Cassandra buscam resgatar a memória esquecida em relação à autora e salientam que muitos escritores da época desmereciam a literatura de Rios pelo fato de escrever para um público que não era acadêmico.

Não queremos aqui avaliar se a literatura de Cassandra Rios era ruim ou boa, mas sim apresentar o fato que ela produziu várias obras literárias, vendeu milhares e foi censurada pelas temáticas que tratavam em suas obras. É evidente que Rios produziu literatura e independente de ser considerada qualificada ou não, ela foi marginalizada por alguns e esquecida por muitos por abordar temáticas consideradas imorais, principalmente a lesbiandade.

De acordo com Sousa (2020) atualmente, a literatura de Cassandra é tida como algo popular, que se assemelha a literatura de folhetim. Citando

Azevedo (2007), aponta que independentemente da qualidade dos textos, a literatura de Cassandra é considerada uma subliteratura por conta da temática sobre a homossexualidade feminina devido ao fato de que essa temática já é em si, marginalizada.

Na tradição literária brasileira, não há ainda um reconhecimento, feito pela crítica, da existência de uma literatura de tradição lesbiana escrita por mulheres. Se há uma ausência de uma crítica literária sobre essa produção, podemos dizer que ela é conseqüente do tabu que cerca as relações homossexuais e da censura que coíbe as manifestações lesbianas na literatura brasileira. Escrever sobre literatura lesbiana ainda está associado, no Brasil, à qualificação do texto como subliteratura. (SOUSA apud AZEVEDO, 2007, p. 3).

Através de consultas ao acervo digital do Arquivo Nacional, ao procurar pelo nome “Cassandra Rios”, foram encontrados diversos documentos que registram a censura realizada contra a autora, baseada lei de preservação da *moral e dos bons costumes*. Uma referência que nos chamou atenção foi o documento do Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP) em que constava a letra de uma música composta pela escritora intitulada *Artifícios*²³ em que visivelmente retrata uma paixão de uma mulher pela outra. Apesar de algumas partes da composição ter sido liberada, fica decidido que a letra em questão não deveria ser liberada, pelo fato de descrever um relacionamento homossexual entre duas mulheres.

²³ Letra da música: “Quero essa mulher dom um desejo louco, e eu sei que ela me quis e provou quanto. Quanto tempo passou desde que ela me olhou pela primeira vez e no meu coração. Sem saber acendeu uma chama de amor. E eu vivo a dizer, com um desejo louco: “Quero essa mulher, quero essa mulher”. Quanto tempo passou desde que ela se deu pela primeira vez e o artifício do amor, que em seu corpo cravei só lhe fez mal e dor. E eu não consigo esquecer esse desejo louco o que fiz só por fazer por essa mulher! Quanto tempo passou que o seu corpo e o meu o amor comungou. e a semente irreal que em seu corpo plantei nem sequer germinou. E eu vivo a chorar o meu pranto estéril, como chuva que não cai em terra fértil. Quanto tempo passei desde que ela partiu sem me dizer adeus e do corpo de um homem consegui o que eu nunca pude lhe dar! E eu vivo a lamentar o meu destino estranho esse amor que o próprio amor não diz seu nome. Esse amor que o próprio amor. renega o nome. Quanto tempo passou desde que ela partiu sem me dizer adeus e a tristeza em meu coração escreveu uma frase de dor: Se eu sou o que sou, o culpado é Deus! Se eu não sou o que não sou, quem é meu Deus?”

BRDFANBSB NS.CPR.MUI.LMU.13759, p. 27

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

RESERVADO

PARECER Nº 1803 / 82

TÍTULO: "ARTIFÍCIOS"

CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA: NÃO LIBERAÇÃO

LETRAS MUSICAIS AUTOMA - CASSANDRA RIOS

A letra musical em questão é inadequada à divulgação irrestrita, considerando que a autora descreve o relacionamento homossexual entre duas mulheres.

Tais aspectos são atentatórios à moral e os bons costumes, razão por que sugerimos a não liberação com base no Decreto-Lei 1077, artigo 1º.

Brasília, 24 de novembro de 1982

Maria Célia da Costa Reichert
MARIA CÉLIA DA COSTA REICHERT
TÉCNICA DE CENSURA
MAT. 2.415 807

(Imagem 4 – Departamento de Censura de Diversões Públicas. Fonte: Arquivo Nacional)

A forma de como os personagens são construídos nas obras de Cassandra também é um aspecto que ocasionou a desvalorização de sua escrita, pois Rios não traçava histórias com “ finais felizes”, apresentando que os personagens homossexuais também podiam ser problemáticos. No documentário sobre a escritora, Lucia Facco aponta que para desconstruir a homossexualidade, Cassandra buscou expor alguns problemas gerais que a sociedade apresentava como um todo, como crimes, suicídio e personagens infelizes.

Outra forma de desvalorização da escrita de Cassandra Rios foi a associação de sua literatura com a pornografia. Fundamentados na preservação da moral e dos bons costumes e tendo legitimidade para perseguir e censurar através da lei nº 1077, os censores diversas vezes julgaram a literatura de Cassandra como pornográfica devido a escritora ter focalizado suas obras na temática da lesbiandade. Cabe ressaltar que Cassandra não escrevia apenas sobre homossexuais femininas, mas em seus escritos a temática lésbica é predominante.

Na censura baseada na preservação dos bons costumes, associando a subversão e a pornografia às obras de Cassandra transparece a face machista e homofóbica de um Estado que “prometia” liberdades político-sociais através da abertura. Sousa (2020) aponta que qualquer obra que tratasse de relações afetivas que não fossem heterossexuais e *cis* entrava facilmente na lista dos censores do estado ditatorial, citando a própria Cassandra Rios em sua autobiografia *Mezzamaro: Flores e Cassis* (2000) em que afirma a escrita de alguns livros com temática assumidamente pornográfica, porém, com a autoria em nome masculino.

Desse modo, Rios conseguiu vender suas obras livremente e não foi censurada, já que em teoria era um homem que estava escrevendo os textos, demonstrando que ser mulher e escrever sobre relações entre mulheres não era aceito, mas caso fosse um homem narrando pornografia passava ileso pelos censores. “Utilizei pseudônimos estrangeiros, pelo que senti estar sendo obrigada a prostituir minha arte. Assim descerrei a cortina para que vissem a cara suja da Censura e ouvissem o estrondo do seu tombo, quando lhe puxei o tapete” (SOUSA apud RIOS, 2000, p. 134).

Como já salientamos no decorrer da pesquisa, o Estado ditatorial foi o principal responsável pelas repressões cometidas contra as homossexualidades e durante o período de abertura política, as coibições por parte do Estado foram ainda maiores. O paradoxo está no fato de que na mesma década em que se formaram organizações políticas dos mais variados movimentos sociais, também foi o período em que as repressões às essas esferas se intensificaram. Contudo, grande parcela da sociedade civil também reproduzia as mesmas noções machistas, racistas e homofóbicas que se baseava o regime ditatorial e, com isso, acabava contribuindo com a marginalização das pautas desses movimentos e no caso das homossexualidades, favorecendo a estigmatização desses corpos.

De acordo com SOUSA (2020) as obras e o nome de Cassandra Rios muitas vezes foram reduzidos ao rótulo de pornográfico, a forma em que a autora aborda a sexualidade feminina não foi bem aceita pela crítica, muito menos pelos agentes da censura. O elemento da pornografia em seus livros foi utilizado pelos defensores da moral e dos bons costumes para o aprimoramento da censura contra a escritora.

No caso de Cassandra Rios, a autora começou a ter suas obras proibidas de circulação ainda no governo de Getúlio Vargas e não cessou durante a ditadura civil-militar; ela foi censurada até do Manifesto contra a Censura, um documento feito por aqueles que foram contra o regime e reivindicavam o fim da censura, segundo Fernandes (2021):

Em 1977, mil e quarenta e seis intelectuais escreveram e assinaram o Manifesto contra a Censura, para entregar ao Ministro da Justiça Armando Falcão. Originalmente, entre os signatários do Manifesto, era citado o nome de Cassandra Rios, mas o texto que foi entregue ao Ministro chegou sem o nome dela. O corte foi feito por um dos intelectuais responsável pelo encaminhamento do mesmo, alegando que Cassandra não era uma escritora séria e por isso a censurou. (FERNANDES, 2021, p. 128).

Por escrever para um público que não era “intelectual”, a artista mais censurada do Brasil teve seu nome vetado do Manifesto contra a Censura e esse episódio transparece a falta de diligência sobre as temáticas que Cassandra abordava em suas obras, como a lesbiandade. É pertinente afirmar que a repressão contra a lesbiandade não se dava somente por agressões físicas, elas também representavam a censura, a marginalização da temática, o esquecimento e os silêncios produzidos.

A trajetória de Cassandra Rios é o nosso exemplo principal para demonstrar como existia também a repressão que não agredia fisicamente – apesar de ter sido agredida, do mesmo modo impediu que mulheres lésbicas tivessem mais visibilidade, respeito e liberdades sociais. De acordo com Vieira (2014), deve se ter cuidado com as generalizações a respeito das repressões realizadas durante o período ditatorial, porém não se deve negligenciar que os órgãos do Estado tinham formas diferentes para operar as repressões; segundo a autora:

Além da repressão mais concreta que fissurava corpos, mentes, levando à morte e ao enlouquecimento, havia também a repressão considerada mais sutil: àquela que se materializou no controle da propaganda e a censura, àquela que se destinava mais detidamente à tentativa de vigiar os pensamentos a serem veiculados através das palavras que, por ventura, contestassem o regime vigente ou a ordem estabelecida. (VIEIRA, 2014, p.97).

Dado o exposto, é notório como a escritora permaneceu em um espaço de marginalização e ostracismo que, continuamente, em vários períodos da história foi destinado à lesbiandade. Cassandra Rios, a artista mais censurada da ditadura militar, foi praticamente esquecida. Quando se trata da temática e até mesmo quando se menciona escritoras mulheres, o nome de Rios não é lembrado. Ser lésbica e representar a lesbiandade em seus livros foi perigoso para Cassandra, do mesmo modo, os agentes do Estado intimidavam tanto lésbicas organizadas em movimentos sociais e como também qualquer indivíduo que demonstrasse sua sexualidade considerada desviante, no caso qualquer uma que não fosse baseada em conceitos heteronormativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 17 de maio de 2019, dia de combate a LGBTfobia, ocorreu um evento na Universidade Federal de Campina Grande, sob organização do Centro Acadêmico de História. Nesse dia, planejamos algumas apresentações artísticas de pessoas da nossa comunidade, deixamos o microfone aberto para falas de esperança, protestos e reivindicações sobre a pauta LGBTTQIA+, porém ao final da noite, o que nos esperava era repressão. Alguns seguranças da própria universidade se aproximaram violentamente, apagando as luzes, batendo em caixas de eletricidade e ordenando que acabássemos com o evento; um segurança em questão ainda chegou a pronunciar que “Bolsonaro mandou acabar com a festa”. Após a abordagem totalmente desrespeitosa, duas pessoas foram agredidas fisicamente, um homem trans e uma lésbica.

Durante a escrita dessa pesquisa, me deparei em diversos momentos me lembrando deste episódio na UFCG, um dia em que era pra ser agradável, tornou-se estarrecedor. Apesar de algumas mudanças e conquistas para a nossa comunidade, ainda acontece situações como essa desse dia na UFCG, em que nos sentimos humilhados, agredidos moral e fisicamente.

No decorrer desta pesquisa, percebi que minha incumbência enquanto estudante de história em formação, mulher, não-branca e lésbica é possibilitar que algumas vozes que durante anos foram mantidas em silêncio sejam ouvidas. O desenvolvimento do trabalho possibilitou uma análise de como a lesbiandade foi marginalizada em diversos períodos da história, em particular durante a ditadura militar no Brasil; isso quando não foi excluída da temática das homossexualidades. No período de abertura política o surgimento de grupos lésbicos organizados politicamente se juntam à categorias sociais que se alinham à luta pela redemocratização brasileira. Compreendemos que naquele momento de combate à ditadura as pautas dos movimentos sociais eram indissociáveis dos protestos pela volta da democracia.

A repressão e censura contra Cassandra Rios representou a essência de um Estado ditatorial que justificava as repressões cometidas na conservação da moral e dos bons costumes da sociedade homofóbica, machista e racista.

Trabalhar com temáticas tais como as homossexualidades, a lesbiandade e as formas de repressão me demonstrou a importância de continuar denunciando as práticas coercivas de um Estado que ainda é o que mais mata pessoas LGBT's no mundo (MARIELLE, PRESENTE). As repressões também apontam que houve formas de resistência contra as noções preconceituosas que infundiram os pensamentos de grande parte da população civil brasileira. É necessário apresentar à historiografia versões que integrem os indivíduos – sejam lésbicas, mulheres, trabalhadores e negros, como sujeitos ativos que enfrentaram repressões físicas e morais em regimes de exceção como a ditadura militar.

REFERÊNCIAS

1. Bibliografia

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Texto 7 – **Ditadura e homossexualidades**. In: Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014.

CARMO, Paulo Sergio do. **Prazeres e Pecados na história do Brasil**. – São Paulo: Edições Sesc. São Paulo, 2019.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981./ O complexo IPES/IBAD no Estado: A ocupação dos postos estratégicos pela elite orgânica. p. 417/479. 1981.

FALQUET, Jules. **Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política**. Cadernos de Crítica Feminista, ano VI, N. 5 – dezembro, 2012. Disponível em: Acesso em 19 de Dez. de 2017.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

GOMES, Jorilene Barros da Silva. **Nem santa, nem puta: Moral (1940 – 1970) e censura na obra de Cassandra Rios**. / Jorilene Barros da Silva Gomes. – Guarabira: UEPB – 2012. Trabalho de conclusão de curso. – Universidade Estadual da Paraíba. 2012.

GREEN, James N; QUINHALHA, Renan (org.) **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014, 1º ed. 2021.

GREEN, James N. QUINALHA, Renan. CAETANO, Marcio. FERNANDES, Marisa (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. Org: James N. Green,

Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. – 1 ed. – São Paulo: Almeida, 2018.

HOLANDA. Ismênia de Oliveira. **Escrever para si, escrever sobre si: a literatura lésbica entre o virtual e o impresso.** / Ismênia de Oliveira Holanda. – 2015. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades. Programa de Pós-graduação em Sociologia. 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/39322> Acesso em: 17/12/2021 09:21

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro** / bell hooks ; tradução Rainer Patriota. – São Paulo: Perspectiva, 2019.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação da subjetividade (Brasil, 1979-2006)** – Patrícia Lessa – Brasília. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília. Programa de pós-graduação em história, 2007.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade – Política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”.** / Edward Macrae. – Salvador: EDUFBA, 2018.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

OLIVEIRA. Luana Farias. **Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-militar (1964-1985)** Periódicus, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017 – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidade. 2017. Disponível em: Quem Tem Medo de Sapatão?: Resistência Lésbica À Ditadura Civil-Militar (1964-1985) | PDF | Lésbicas | Homossexualidade (scribd.com)

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT/** Renan Quinalha. – 1º ed. – São Paulo. Companhia das letras - (Coleção arquivos da repressão no Brasil/ Coordenação Heloisa M. Starling.) 2021.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: Reis, Daniel Aarão et al (Orgs). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo: EDUSC, 29/52.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Daniel Aarão Reis – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2000.

RICH, Adrienne. **Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence**. In: GELP, Barbara C. & GELP, Albert (editores). Adrienne Rich's Poetry and Prose. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993.

RIOS, Cassandra. **Mezzamaro, flores e cassis: o pecado de Cassandra**. São Paulo: Cassandra Rios Editora, 2000.

SILVA, Jaine Chianca da. **Vai ter ChanacomChana Sim!: Construção de um grupo lesbiano feminista em São Paulo na década de 1980.**/ Jaíne Chianca da Silva. – Campina Grande, 2021. Orientação: Profa. Dra. Michelly Pereira de Souza Cordão. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.

SILVA. Zuleide Paiva da. **A AVENTURA DE INVENTAR-SE ATIVISTA LÉSBICA EM TEMPOS VERDE OLIVA: considerações sobre a primeira organização lésbica da Bahia**. V Seminário Internacional: Enlaçando Sexualidades - Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30382>>. Acesso em: 17/12/2021 09:21.

SOUSA, Juliana Moreira de, 1995 – **CENSURA E EROTISMO NA LITERATURA DE CASSANDRA RIOS**/ Juliana Moreira de Sousa. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. **“Onde estão as respostas para as minhas perguntas”?: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955 – 2001)** / Kyara Maria de Almeida Vieira. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História – Recife: O autor, 2014

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira – 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita/** Marco Antonio Villa. – São Paulo: LeYa, 2014.

WITTIG, Monique. (1992). **The category of sex. In The straight mind and other essays** (pp. 1 -8). New York: Beacon Press.

2. Fontes

2.1 Imprensa

JORNAL EM TEMPO. Disponível em: [Jornal Em Tempo - Centro Sérgio Buarque de Holanda \(fpabramo.org.br\)](http://fpabramo.org.br)

JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA. Disponível em: Lampião da esquina - Grupo Dignidade

2.2 Documentos oficiais

BRASIL. Lei nº 1077 de janeiro de 1970 dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes. Disponível em: [Del1077 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 13 abril. 2021

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Fatores que influem na formação da moral social e da opinião pública brasileira, 29 de outubro de 1982. Disponível em: [Arquivo Nacional \(an.gov.br\)](http://Arquivo Nacional (an.gov.br)). Acesso em: 13 abril. 2021.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Divisão de Censura de diversões publicas, letras musicais. Artíficios – autoria: Cassandra Rios. 03 de novembro de 1982. Disponível em: [Arquivo Nacional \(an.gov.br\)](http://Arquivo Nacional (an.gov.br)) Acesso em 23 março, 2022.

3. Material audiovisual

Documentários PTBR, **Cassandra Rios – A Safo de Perdizes** (2013). Youtube, disponível em: <https://youtu.be/njo0xngUI28>. Acesso em: 11 agosto 2021.